



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 28/CONSUP/IFRO, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a Autorização de Funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Estatuto, considerando o Processo nº 23243.005860/2015-77, considerando a aprovação unânime do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX, na 1ª Reunião Extraordinária, de 16/12/2015, considerando a aprovação unânime do Consup na 11ª Reunião Ordinária, em 29/03/2016;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o Funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Porto Velho Zona Norte*.

Art. 2º APROVAR a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Porto Velho Zona Norte*, anexo a esta Resolução.

Art. 3º REVOGAR a Resolução nº 64/CONSUP/IFRO/2015, *ad referendum*.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE
Presidente do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Projeto aprovado pela Resolução nº 45/CONSUP/IFRO, de 05/11/ 2012,
Reformulado pelo Núcleo Docente Estruturante/2015 e
Reformulação do PPC aprovado pela Resolução nº 28/CONSUP/IFRO/2016.

PORTO VELHO/RO

2016

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
1.1 Dados da Instituição	8
1.2 Dados da Unidade de Ensino	8
1.3 Corpo Dirigente da Unidade de Ensino	8
1.4 Histórico da Instituição	9
1.5 Histórico do <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte	10
1.6 Missão, Visão e Valores do IFRO	11
1.5 Dados Socioeconômicos da Região	11
2 APRESENTAÇÃO	13
2.1 Identificação do Curso	13
2.2 Equipe Responsável pela Reformulação do Projeto	14
2.3 Dados do Coordenador do Curso	14
2.4 Total de Vagas	14
2.5 Justificativa	15
2.6 Objetivos.....	16
a) Geral	16
b) Específicos.....	17
2.7 Público-Alvo	17
2.8 Forma de Ingresso	17
2.9 Perfil Profissional de Conclusão do Curso.....	18
2.10 Das Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso	18
3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	23
3.1 Práticas pedagógicas previstas	23
3.2 Concepção Curricular	23
3.3 Matriz Curricular	25
3.4 Planos de Disciplina	30
3.5 Requisitos de Formação	30
3.6 Da Metodologia e abordagens pedagógicas para o Tecnólogo em Gestão Pública	31
3.6 Estratégias de Flexibilização Curricular	33
3.7 Atividades Complementares	34

3.8	Avaliação	35
a)	Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	35
b)	Avaliação do Curso	36
3.9	Prática Profissional.....	37
a)	Estágio Supervisionado	37
b)	Trabalhos de Conclusão de Curso	38
3.10	Apoio ao Discente	38
3.11	Avaliação do Curso e Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso	42
3.12	Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem	
	44	
4	POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ...	45
4.1.1	Política de Articulação com Empresas	46
4.2	Crterios de Aproveitamento de Estudos	46
4.3	Certificação de Conclusão de Curso	46
5	ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO E DE NATUREZA ACADÊMICA	46
5.1	Coordenação do Curso.....	46
5.2	Colegiado	52
5.3	Núcleo Docente Estruturante	53
6	SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	54
6.1	Diretoria de Ensino	54
6.2	Coordenação de Apoio ao Ensino.....	54
	Coordenação de Assistência ao Educando.....	55
6.3	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	55
6.4	Coordenação de Registros Acadêmicos.....	55
6.5	Coordenação de Biblioteca	56
6.6	Departamento de Extensão	56
6.7	Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade	56
6.8	Coordenação de Formação Inicial e Continuada	57
	Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	57
	Coordenação de Pesquisa e Inovação	57
7	DAS POLÍTICAS ESPECIAIS DO IFRO	57
7.1	Das Políticas de Educação em Direitos Humanos	57
7.2	Das Políticas de Educação Inclusiva	59
7.3	Das Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais	61

7.4 Da Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	61
7.5 Da Política de Educação Ambiental	62
8. INFRAESTRUTURA	62
a) Distribuição do Espaço Físico	63
b) Recursos Materiais	64
8.2 Infraestrutura de Informática	65
a) Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção dos Equipamentos	65
8.3 Biblioteca.....	65
a) Espaço Físico da Biblioteca	65
b) Serviços Oferecidos na Biblioteca	66
c) Horário de Funcionamento da Biblioteca.....	66
d) Mecanismo e Periodicidade de Renovação do Acervo	66
8.4 Área de Convivência e Espaços para Eventos.....	67
9. EMBASAMENTO LEGAL.....	67
9.1 Documentos da Legislação Nacional.....	67
9.2 Normativas Internas	68
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICE 1: PLANOS DE DISCIPLINA	70
PRIMEIRO PERÍODO	71
Fundamentos das Ciências Sociais	71
Metodologia da Pesquisa Científica.....	71
Teoria das Organizações	72
Comunicação e Linguagem	72
Informática Aplicada	73
Matemática Básica e Aplicada	73
Introdução a Contabilidade.....	74
Introdução à Economia	74
Direito Constitucional.....	75
Sistema de Informação Gerencial	75
Procedimentos Administrativos na Gestão Pública.....	76
Comportamento Organizacional.....	77
Ética na Gestão Pública.....	77
Matemática Financeira.....	78
Redação Oficial.....	78

Fundamentos das Ciências Políticas	79
Direito Administrativo	79
Gestão de Projetos	80
Administração Financeira e Orçamentária	80
Desenvolvimento Regional.....	81
Estatística Aplicada	82
Políticas Públicas	82
Gestão Patrimonial e Logística	83
Contabilidade Pública	83
Planejamento e Gestão Estratégica	84
Gestão de Pessoas	85
Optativa I	85
Licitações e Contratos Administrativos.....	85
Elaboração de Projeto de Pesquisa	86
Auditoria Pública	87
Qualidade do Atendimento no Serviço Público.....	87
Marketing no Setor Público	88
Tendências Contemporâneas em Gestão Pública.....	88
Gestão Ambiental e Responsabilidade Social	89
Optativa II	89
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	90
Inglês Instrumental	91
Empreendedorismo Governamental.....	91
Multiculturalismo e Direitos Humanos	92
Língua Brasileira de Sinais.....	92
Economia Brasileira	93
Atividade Física e Qualidade de Vida do Trabalhador Público	93
Inclusão Social e Digital	94
Gestão de Inovações Tecnológicas	94
ANEXO 1: QUADRO DE DOCENTES DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. O que os gerentes públicos necessitam conhecer com urgência.....	28
Quadro 2. Estrutura curricular	26
Quadro 3. Matriz curricular	29
Quadro 4. Das Disciplinas Optativas.....	30
Quadro 5: Requisitos de formação por disciplina	54
Quadro 6: Titulação Titulação do coordenador do curso	50
Quadro 7: Experiência Profissional do Coordenador do Curso	51
Quadro 8: Carga-horária do Coordenador do Curso	51
Quadro 9. Titulação do corpo docente do Curso	51
Quadro 10. Regime de trabalho do corpo docente	65
Quadro 11. Experiência profissional dos professores fora da docência	65
Quadro 12. Experiência profissional dos professores na Educação Básica	54
Quadro 13. Experiência profissional dos professores na Educação Superior	55
Quadro 14. Núcleo Docente Estruturante.....	57

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 Dados da Instituição

Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA				
CNPJ:	10.817.343-0001-05				
End.:	Av. Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.821-002
Fone:	(69) 2182-9600	Fax:	(69) 2182-9620		
E-mail:	reitoria@ifro.edu.br				

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitora de Ensino: Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Gilmar Alves Lima Junior

Pró-Reitora de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitor de Administração: Arijoan Cavalcante dos Santos

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Dauster Souza Pereira

1.2 Dados da Unidade de Ensino

Nome:	CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE		
CNPJ:	10.817.343/0007-92		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	069-2182-3801	Fax:	
E-mail:	campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br		

1.3 Corpo Dirigente da Unidade de Ensino

Dirigente Principal da Instituição de Ensino			
Cargo:	Diretor-Geral do <i>Campus</i>		
Nome:	Miguel Fabrício Zamberlan		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 2182-3800	Fax:	
e-Mail:	miguel.zamberlan@ifro.edu.br		

Diretor de Ensino			
Cargo:	Diretor de Ensino		
Nome:	Adriano Marcos Dantas da Silva		
End.:	Avenida Campina, 4292, Jardim Paulista		
Cidade:	Ariquemes	UF: RO	CEP: 76871-032
Fone:	(69) 2182-3800	Fax:	
e-Mail:	adriano.silva@ifro.edu.br		

1.4 Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo de mecanismos para a educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- ✓ 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada, porém;
- ✓ 2007: Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007;
- ✓ 2008: criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII, da Lei 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.
- ✓ 2009: início das aulas e dos processos de expansão da rede do IFRO.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *campi* e de sua rede. Para o início de 2015, a configuração é esta: uma Reitoria; oito *campi* implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná,

Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim); um *Campus* (Jaru) em implantação; ampliação do número de Polos de Educação a Distância no interior do Estado.

1.5 Histórico do *Campus* Porto Velho Zona Norte

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *Campus* Avançado pela Portaria 1.366, de 6 de dezembro de 2010.

No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação do *Campus* oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *Campus* que surgira.

Com uma estrutura voltada à Educação a Distância (EaD), o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de *Campus* Avançado para *campus* regular, assume, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD nos *campi* e Polos Regionais do IFRO.

Passou a oferecer, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), os Cursos Técnicos em Administração, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Reabilitação de Dependentes Químicos, Eventos, Logística, Segurança do Trabalho e Agente Comunitário de Saúde, além dos cursos do Programa Profuncionário, que são Cursos Técnicos em Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar. O *campus* já alcança mais de 4.000 alunos.

Com início das atividades próprias em 2013, passou a ofertar os cursos Técnicos em Informática para Internet e em Finanças, além do Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, abriu os primeiros cursos nesta modalidade: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças, ainda em 2013.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender as mais diversas regiões do Estado, criando condições às comunidades para a inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho.

1.6 Missão, Visão e Valores do IFRO

a) Missão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, tem como Missão, promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.

b) Visão

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

c) Valores

Nas suas atividades, o IFRO valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental.

1.5 Dados Socioeconômicos da Região

O Estado de Rondônia, situado na Região Norte do país, faz divisa ao norte com o Estado do Amazonas, a leste com o Estado do Mato Grosso, ao sul com a República da Bolívia e a oeste com o Estado do Acre e se insere na área de abrangência da Amazônia Legal – porção ocidental. Até 1981 era território brasileiro e foi transformado em Estado a partir de janeiro de 1982. Rondônia possui dois terços de sua área cobertos pela Floresta Amazônica. Tem uma área de aproximadamente 240 mil km, que corresponde a 2,8% da superfície do Brasil. A capital, Porto Velho, está localizada ao norte do Estado, na margem direita do Rio Madeira. O Estado apresenta um relevo pouco acidentado, com pequenas depressões e elevações, e o clima predominante é tropical úmido, com chuvas abundantes. A vegetação é uma transição do cerrado para a floresta tropical, com florestas de várzeas, campos inundáveis e campos limpos. O cerrado recobre os pontos mais altos do território – a chapada dos Parecis e a serra dos Pacaás, onde há um Parque Nacional.

A economia rondoniense é baseada no extrativismo vegetal e na agropecuária, que justifica grande parte de sua imigração. A mineração de cassiterita e o garimpo de ouro, que já foram importantes na economia estadual, estão estabilizados e, atualmente, está prosperando a

exploração de pedras ornamentais (granito). Também tem se desenvolvido o turismo autossustentável (ecoturismo).

O crescimento vertiginoso da população de Rondônia nos anos 1970 e 1980 foi de fundamental importância na conformação atual do Estado, não só pelos contingentes populacionais indispensáveis ao desenvolvimento econômico, devido às necessidades de mão de obra e à dinamização dos mercados, como pelo perfil dos imigrantes, em sua maioria formado por sulistas, com experiências diversas nas atividades agropecuárias, o que permitiu a introdução de diversas culturas, pecuárias e imprimiu ganhos de produção e de produtividade em vários setores da agropecuária estadual. Este perfil populacional, assim como a herança histórica dos caboclos ribeirinhos, constitui importante potencialidade: capital social, na medida em que saberes e conhecimentos possam ser repassados às novas gerações. No entanto, a forte migração rural-urbana pode ser um forte gargalo, considerando que parte significativa da população jovem compõe os emigrantes para as cidades não possui formação para o mercado de trabalho.

Conforme se constata pelos dados publicados pelos governos estaduais e federais, o Estado de Rondônia, desde a sua criação, está em franco desenvolvimento. O PIB do Estado de Rondônia, em 2012, foi de R\$ 29,362 bilhões, tendo aumentado 5,47% em relação a 2011 e propiciou um PIB per capita estadual de cerca de R\$ 18,5 mil, valor 4,6% maior que o do ano anterior (SEPOG, 2013). Com relação ao emprego em Rondônia em 2012, o estoque era 365.142 empregos formais, valor 3,6% maior do que o observado no ano anterior (MTE/RAIS, 2012).

Se examinado mais detalhadamente a participação das atividades econômicas no Valor Adicionado (VA) de 2012, vê-se que a Administração Pública, Defesa e Seguridade Social corresponderam a 28,49%, seguida da Agropecuária com 20,51%; Comércio 12,09%; Construção com 11,12%; Indústria de transformação com 5,69%; Atividades Imobiliárias com 6,20%. Essas atividades econômicas concentraram 84,1% do VA bruto. (SEPOG, 2013)

Em 2011, Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal responderam por mais de 50% do PIB rondoniense, que conjuntamente somou R\$ 15.739 bilhões, e Porto Velho gerou 34% do PIB.

Na composição de seu PIB, os setores, Administração Pública, Saúde e Educação Pública participaram com cerca de 28%, enquanto a Agropecuária com 21,5%, o Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação com 15,5% e a Indústria de Transformação cerca de 9%.

A modernização da administração e gestão pública dos governos: federal, estadual e municipal tem sido uma das prioridades da sociedade nas últimas décadas, ainda mais em um estado em que o principal motor da economia é o de serviços. Entre os principais objetivos para a modernização da gestão pública, segundo dos estudiosos da área, encontram-se:

- a) Promover a reestruturação administrativa para implantar a gestão por resultados;
- b) Criar e implantar políticas de gestão por competências;
- c) Integrar políticas públicas para reduzir a dispersão de esforços e ampliar a efetividade das metas;
- d) Padronizar, simplificar e dar celeridade aos processos e atos administrativos;
- e) Elevar receitas e reduzir despesas, racionalizando os gastos e redução do desperdício.

No Relatório de Atividades Desenvolvidas, Avaliação PPA 2012-2015, relativo ao exercício 2013 (SEPOG, 2013), fez-se uma análise sobre o índice de desempenho e eficiência de cada um dos objetivos apontados anteriormente. O resultado ensejou recomendações apontando um alerta sobre o alto grau de deficiência na gestão e planejamento dos gastos, metas e resultados inicialmente previstos, bem como na qualificação dos servidores.

É para solucionar esta perspectiva que o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública oferta os conhecimentos necessários sobre organizações públicas e legislação, gestão financeira em organizações públicas, planejamento, plano diretor, gestão de projetos capazes de habilitar o profissional para atuar de modo a renovar a gestão de órgãos públicos sobre o prisma da excelência e da qualidade em seus serviços, buscando o fim maior constitucionalmente erigido que é o bem comum.

A partir do pressuposto epistemológico de formação e qualificação o IFRO alia-se a finalidade de democratização do ensino buscando um melhor atendimento das condições de tempo-espaço dos sujeitos do ato de aprender.

Em consonância com a missão e os objetivos legais definidos para os Institutos Federais, essa formação contribuirá para a atualização e o desenvolvimento de práticas com base em novos conhecimentos, habilidades e competências direcionadas para diferentes experiências no mundo do trabalho das organizações públicas.

2 APRESENTAÇÃO

2.1 Identificação do Curso

- a) **Nome:** Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública;
- b) **Modalidade de ensino:** Educação Profissional e Tecnológica;

- c) **Eixo tecnológico:** Gestão e Negócios;
- d) **Área de Conhecimento a que pertence:** Ciências Sociais Aplicadas;
- e) **Habilitação:** Tecnólogo em Gestão Pública;
- f) **Carga Horária:** 2.500 horas;
- g) **Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso:** Processo Seletivo através do SISU (Sistema de Seleção Unificada) ou edital específico;
- h) **Distribuição de Vagas:** 80 vagas anuais;
- i) **Turno de Funcionamento:** Noturno/presencial;
- j) **Campus de Funcionamento:** Porto Velho Zona Norte;
- k) **Regime de Matrícula:** Semestral, por disciplina;
- l) **Prazo de Integralização do Curso:** No mínimo 5 e no máximo 10 semestres.

2.2 Equipe Responsável pela Reformulação do Projeto

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi revisado e reformulado pelo seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), formado pelos professores: Adriano Marcos Dantas da Silva, Anabela Aparecida Silva Barbosa, Rafael Nink de Carvalho, Lady Day Pereira de Souza, Ariádne Joseane Félix Quintelha e Jonimar da Silva Souza, em colaboração com os demais professores do curso, conforme Portaria 158, de 06 de Novembro de 2015.

2.3 Dados do Coordenador do Curso

O curso será coordenado por um professor, com licenciatura em Matemática, especialista em Metodologia do Ensino Superior e Inovações Curriculares e mestrado em Administração.

Nome:	Jonimar da Silva Souza				
End.:	Av. Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.821-002
Fone:	(69) 2182-3818	Fax:			
E-mail:	jonimar.souza@ifro.edu.br				

2.4 Total de Vagas

O *Campus* oferece 40 vagas por turma, totalizando 80 vagas anuais, de modo a totalizar 200 vagas ao longo do período mínimo de integralização do curso, que é de cinco semestres. O aumento ou redução de vagas se fará de forma fundamentada pela Direção-Geral do *Campus* à Reitoria bem como a possibilidade de realização de processos seletivos para portadores de diploma.

2.5 Justificativa

O processo de globalização e participação ativa da sociedade na construção de políticas públicas impulsionou o crescimento e o aumento da demanda e procura por formação específica na área de Gestão Pública. O termo “Nova Gestão Pública”, cujo uso é crescente e recorrente na atualidade, surgiu a partir das mudanças socioeconômicas nos anos 70, contrapondo-se ao modelo burocrático da administração pública, sendo naquele momento ineficiente para lidar com as demandas da sociedade contemporânea (JUNQUILHO, 2010).

Dessa forma a gestão pública assumiu a função de maximizar e aperfeiçoar as questões relacionadas à esfera pública, logo o gestor público tem a papel de dirigir, governar de forma ética, técnica e transparente a coisa pública, quer sejam órgãos, departamentos ou políticas públicas, buscando sempre o bem comum da sociedade a que se destina, e em conformidade com as normas jurídicas e administrativas em vigor. No exercício de tal função, alguns conhecimentos e habilidades são necessários para atuação do gestor público:

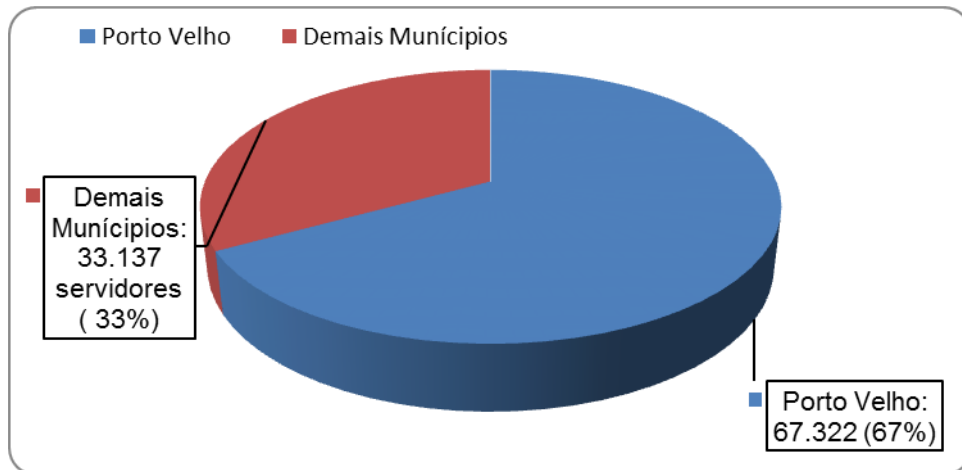
Quadro 1: O que os gerentes públicos necessitam conhecer com urgência

Conhecimentos de:	Habilidades em:
1. Direito constitucional	1. Planejamento estratégico
2. Ética	2. Mensuração de desempenho
3. A ética do serviço público	3. Monitoramento de contratos
4. Direito processual em gestão de recursos humanos e nas áreas substantivas relevantes	4. Utilização de dados sobre desempenho e avaliação para melhorar programas
5. Procedimentos de políticas de alocação de recursos	5. Prestação de contas sobre desempenho e dados
6. Instituições governamentais e econômicas	6. Administração financeira, inclusive atividades de cálculo de custos
7. Direito internacional	7. Envolvimento dos cidadãos
8. Política de grupos de interesse	8. Solução de conflitos e negociação
9. Modelagem econômica	9. Criação de consenso
10. Teoria da liderança e da gestão	10. Motivação e animação de pessoal
	11. Análise de problemas, inclusive técnicas de estatística e de custo-benefício

Fonte: Newcomer (1999, p. 12)

Buscou-se elaborar uma matriz curricular cujas disciplinas contemplassem essas competências abordadas pela autora, a fim de se propor um curso com soluções tecnológicas contextualizadas e próprias para o seu tempo e espaço. Com a expansão dos serviços públicos no Estado de Rondônia, mais precisamente na capital Porto Velho, é pungente a procura por qualificação em Gestão Pública, uma vez que o funcionalismo público do estado soma 100.459 pessoas (MTE, 2012), distribuídas nas três esferas e poderes, como também em autarquias, fundações, organizações autônomas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Daquele total, 67.322 atuam no município de Porto Velho, conforme representado no gráfico abaixo:

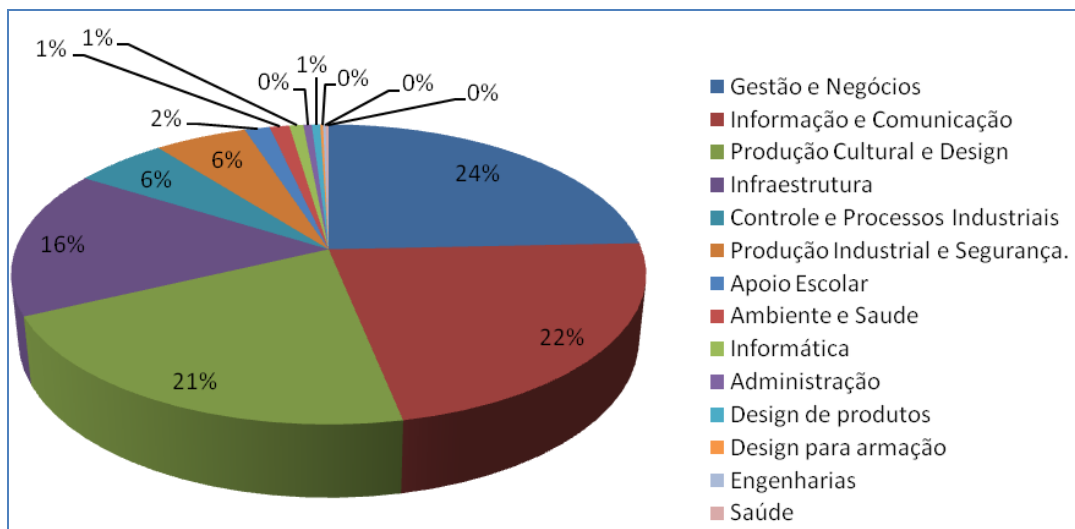
Gráfico 1: Quantitativo de servidores públicos no estado de Rondônia



Fonte: *Campus* Porto Velho Zona Norte (2012)

A Pesquisa de Atividade Econômica Regional (PAER) realizada pelo IFRO/*Campus* Porto Velho Zona Norte evidenciou que a opção por cursos inseridos no eixo tecnológico Gestão e Negócios é expressiva, conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2: Demanda de interessados por Cursos Superiores de Tecnologia



Fonte: Relatório PAER/IFRO (2012)

Assim, optou-se pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em razão da grande demanda de servidores públicos que atuam na área, sem formação específica, e dos interesses manifestados por outras pessoas durante a Pesquisa realizada pelo IFRO.

2.6 Objetivos

a) Geral

Formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e competentes para atuarem em instituições públicas, a fim de planejarem, implantarem e gerenciarem programas e projetos de políticas públicas.

b) Específicos

- ✓ Preparar profissionais com conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento público;
- ✓ Construir competências de comunicação e relações interpessoais nos serviços públicos das esferas federal, estadual e municipal;
- ✓ Aplicar as tecnologias da informação e comunicação em processos que promovam o desenvolvimento regional, com impactos positivos nas organizações públicas;
- ✓ Desenvolver competências e técnicas gerenciais, proporcionando ao estudante visão ampla, sistêmica e estratégica para identificar e propor soluções nos problemas da gestão pública;
- ✓ Proporcionar o desenvolvimento do senso crítico em relação às questões ambientais, sociais e econômicas que envolvem os serviços da gestão pública;
- ✓ Favorecer a realização de pesquisa sobre gestão com vistas à qualificação dos profissionais e a melhoria do desempenho das instituições públicas;
- ✓ Preparar tecnólogos responsáveis com a ética, com a sustentabilidade socioeconômica e com os direitos do homem.

2.7 Público-Alvo

O Projeto tem como alvo prioritário a população do município de Porto Velho, bem como dos municípios e distritos circunvizinhos. Especificamente, há uma grande demanda de profissionais que trabalham nos serviços públicos e não possuem formação de nível superior ou formação específica para sua área de atuação.

2.8 Forma de Ingresso

O ingresso de alunos no curso atenderá o que está disposto na Lei nº 12.711/12, que trata das novas condições de acesso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Ocorrerá por meio de uma das seguintes condições: a) através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU); b) opcionalmente após aprovação dos candidatos em processo seletivo regulado por edital específico do IFRO; c) opcionalmente com o uso de reserva de vagas para aprovados no ENEM; d) ou, ainda, mediante apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino, também pública, que ofereça educação profissional, científica e tecnológica compatível com o curso em que se pleiteia o ingresso, ou para portador de diploma conforme estabelecido no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação (ROA) do IFRO.

Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, instituído pelo *campus*, sob autorização da Direção-Geral.

2.9 Perfil Profissional de Conclusão do Curso

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia prioriza a formação de profissionais que:

- ✓ constituam-se como sujeitos plenos, com formação humanística e de cultura geral integrada à formação profissional.
- ✓ tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação;
- ✓ atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- ✓ saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;
- ✓ sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos, na busca de novos conhecimentos.

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública estará apto a atuar em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal, e deverá apresentar as seguintes competências gerais da área profissional:

- ✓ desenvolver atividades centradas no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas;
- ✓ Adquirir conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, buscando a otimização da capacidade de governo.
- ✓ possuir habilidades nas relações interpessoais;
- ✓ apresentar uma visão ampla e sistêmica da gestão pública;
- ✓ ter como características indispensáveis a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança.

2.10 Das Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao

permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos. São exemplos de atividades que promovem a inter-relação do ensino com a pesquisa, e a extensão: “Dias de Campo”, minicursos e projetos de ensino, de iniciação científica e de extensão e também com a criação de Empresas Júnior e de projetos sociais de intervenção.

a) Políticas de Ensino

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações e metas que pretendem proporcionar aos egressos de todos os cursos, uma educação pautada pelos moldes estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares e pelas exigências socioculturais. Por assim o ser, o IFRO desenvolveu um conjunto de diretrizes básicas para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e acadêmicas ao longo dos próximos anos e que podem ser reafirmadas ou reformuladas conforme as mudanças do cenário educacional, regional e local.

O desenvolvimento da educação superior necessita de políticas que propiciem a ampliação dos cursos de graduação e ofertas de novas modalidades para o ensino, tendo em vista a grande demanda da sociedade local, regional e nacional. Portanto, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e a implementação de procedimentos metodológicos compatíveis com os processos de transformação social e adoção de novas tecnologias. Tais inovações tornam-se exequíveis mediante estudos técnicos e científicos nas áreas de conhecimento contempladas pelo IFRO.

O sistema de informação acadêmico-administrativo deve ser aperfeiçoado, já que constitui mecanismo estratégico para racionalizar os procedimentos burocráticos desenvolvidos e garantir maior agilidade no processo de comunicação.

A interação com a comunidade interna e externa deve ser efetivada por meio de ações consistentes que promovam o envolvimento e o comprometimento da comunidade interna

(docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e sociedade) por meio de atividades de extensão. O ensino e a extensão devem caminhar de forma indissociável, conforme está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96).

b) Políticas de Pesquisa

O IFRO fomenta e implementa atividades de pesquisa em todos os seus *campi* e requer que sejam desenvolvidos, de modo sistemático, além dos programas de iniciação científica, pesquisa de alto nível que atenda às necessidades locais de cada unidade.

Com o intuito de efetivação de seus programas de pesquisa, o IFRO adota as seguintes ações:

- ✓ incentivo aos discentes e aos docentes interessados em práticas investigativas;
- ✓ concessão de bolsas de iniciação científica aos discentes desde que preenchidos todos os requisitos legais;
- ✓ alocação de carga-horária para os professores orientarem os alunos incluídos no Programas de Iniciação Científica;
- ✓ promoção de seminários e encontros institucionais com pesquisadores de nome nacional para incentivar a importância da investigação científica.

O IFRO, com vistas ao estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento de pesquisa científica relevante, compatível com as áreas de conhecimento que promove, apresenta em seu PDI as seguintes diretrizes gerais:

- ✓ estabelecer mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão: o espírito científico deve permear as práticas pedagógicas exercidas nos cursos de graduação e pós-graduação, de modo a tornar evidente para os alunos, a importância do saber fazer ciência durante a formação profissional;
- ✓ promover a interação com a comunidade: os grupos de estudos já existentes e os que serão implementados no IFRO contemplarão as potencialidades acadêmicas existentes, devidamente articuladas com as demandas locais e regionais;
- ✓ consolidação das atividades científicas na medida em que sejam disponibilizados os recursos financeiros necessários;
- ✓ criar novos e adequar os periódicos institucionais já existentes ao processo *Qualis*.
A socialização do conhecimento por meio de periódicos produzidos nos últimos anos pela Instituição exige um procedimento avaliativo, em nível nacional, além

de ser um estímulo de divulgação dos resultados investigativos realizados por docentes e discentes vinculados (ou não) ao IFRO.

c) Política de Extensão

O IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional.

Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os programas e projetos de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, representam um importante veículo de troca e interação entre a IES e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social.

As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades educacionais, sociais e culturais da comunidade local e regional.

d) Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

- ✓ Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino: Evento realizado no segundo semestre letivo com o objetivo de discutir as temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem que perpassam pelo acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re)organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, entre outras, além de promover a aproximação da Reitoria e dos *campi* entre si e desenvolver atividades de integração. Participam do evento, além da equipe da Pró-Reitoria de Ensino: os Diretores de Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Apoio ao Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Assistência ao Educando, os Coordenadores de

Registros Acadêmicos, Coordenações de Biblioteca, Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais;

- ✓ Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão - ENPEX – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais do IFRO. Participam do evento as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e os representantes maiores dos respectivos setores nos *campi* do IFRO;
- ✓ Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o objetivo de discutir as políticas e programas bem como a implementação da assistência estudantil no âmbito do IFRO como meio de ampliar as possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, inserção no mercado de trabalho e exercício pleno da cidadania. Participam do evento, além da Diretoria de Assuntos Estudantis e Coordenação de Assistência Estudantil da Reitoria: Pedagogo(a) Orientador(a) Educacional, Psicólogo(a), Assistente Social e Chefe de Departamento/Coordenador(a) de Assistência ao Educando dos *campi*;
- ✓ Encontro das Equipes de Biblioteca – Evento de caráter político e formativo que visa preparar os coordenadores de biblioteca e seus auxiliares para garantir o pleno funcionamento, com atendimento às regras específicas para o setor e utilização de sistema automatizado de gestão, e atendimento à comunidade acadêmica e geral;
- ✓ Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRO – CONPEX: evento organizado pelas Pró-Reitorias de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP), de Ensino (PROEN) e de Extensão (PROEX) que tem como objetivo promover a integração das ações institucionais de pesquisa, ensino e extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
- ✓ Eventos nos *campi*: Os *campi* estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros como a Semana de Gestão Pública, Semana de Finanças entre outras atividades para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral.

3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1 Práticas pedagógicas previstas

Dentre as principais atividades pedagógicas previstas no processo de ensino e aprendizagem, constam:

- I. **Aula:** módulo de atendimento com duração estabelecida na matriz curricular do curso em que a aula se aplica, envolvendo atividades apenas teóricas, apenas práticas, ou teóricas e práticas, na sala de aula ou espaço alternativo, conforme programação feita pelo professor e previsão nos planos de ensino;
- II. **Estágio:** prática profissional obrigatória realizada em ambiente preparado para a formação profissional na prática, fora do momento de aula, com carga horária específica estabelecida no projeto de curso e regulamentação em documento próprio do IFRO;
- III. **Trabalho de conclusão de curso:** prática profissional obrigatória, com carga horária específica estabelecida no projeto de curso, envolvendo um projeto de pesquisa e a descrição de resultados do projeto em um artigo, conforme normas da metodologia científica e regulamento próprio do IFRO;
- IV. **Excursão e visita técnica:** visita orientada de alunos e professor a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso, com vistas à vivência prévia das condições de trabalho, e que pode ser computada como aula, quando envolve toda a turma à qual a aula se aplica;
- V. **Atividade de extensão:** atividade complementar orientada pelos professores (feira, mostra, projetos sociais, oficina, visita técnica, encontros, entre outros), que desenvolva algum conteúdo trabalhado em sala de aula ou ambiente assemelhado, dentro do curso, e que pode ser computada como aula mediante aprovação da Diretoria de Ensino;
- VI. **Atividade de pesquisa científica:** atividade complementar orientada por professor, a partir de um projeto de pesquisa, vinculada ou não a programas de fomento, como os de Iniciação Científica.

3.2 Concepção Curricular

O currículo deve ser visto como um espaço de significação que produz identidades sociais. Ao elaborar ou organizar uma proposta curricular, parte-se do princípio que sua

construção precisa estar atrelada ao modo como se constrói o conhecimento. Marques (1992, p. 66) afirma que “o currículo é uma concepção de conhecimento como construção coletiva argumentativamente validada no mesmo plano de formação discursiva da vontade comum, em que se articulam os sujeitos políticos na palavra e na ação”.

Nesta concepção de construção curricular associada à construção do conhecimento, Marques (1992, p. 66) diz ainda que:

[...] o currículo não é senão o processo dialogal continuado, em que se oportunizam, na construção/circulação dos saberes, as relações face a face e ouvido a ouvido nas quais homens convivem e ouvem uns aos outros, postos à escuta das vozes que os interpelam.

É neste sentido que a matriz curricular também se revela como uma forma de conversação sobre os modos de produção de significados trabalhados nos componentes curriculares específicos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Pautando-se nessa concepção as metodologias de ensino buscam ações que promovam aprendizagens significativas, sintonizadas com os objetivos do curso, tornando necessário o estabelecimento da relação dialética entre teoria e prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos e experiências que preparem os alunos para o exercício de sua profissão.

Outrossim, serão realizadas atividades contextualizadas que propiciem a experimentação da prática ao longo do processo de formação. Para tal, serão utilizados recursos e estratégias pedagógicas tais como: vídeos, animações, simulações, *links*, atividades interativas com professores e alunos, biblioteca virtual, pesquisa na *Web* e outros, possibilitando aos cursistas o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e, ainda, a facilidade na busca da informação e construção do conhecimento. São previstas ainda visitas técnicas a empresas públicas, para verificação *in loco* do desenvolvimento de trabalhos, estudos de caso, participação em eventos externos, realização de estágio e trabalhos de conclusão de curso (TCC).

A metodologia caracteriza-se como expressão coletiva, e deve ser avaliada periódica e sistematicamente pela comunidade escolar, segundo as orientações do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Serão realizadas avaliações sistemáticas anuais do projeto pedagógico através do NDE, para observação de possível defasagem entre o perfil de conclusão do curso, os objetivos e a organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais.

A constituição do currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública pauta-se, ainda, na resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Atende ao parecer 436/2002, do Conselho Nacional de Educação, que integra a Resolução, e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996.

3.3 Matriz Curricular

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está organizada em disciplinas que se distribuem em 5 (cinco) semestres. São previstas, além das disciplinas, atividades acadêmicas, científicas e culturais e estágio supervisionado com carga horária inclusa no total de horas.

Os componentes curriculares foram organizados em cinco dimensões, conforme o quadro 2 a saber: 1) componentes de formação básica; 2) componentes de formação complementar; 3) componentes de formação tecnológica; 4) componentes de formação humanística e 5) componente de formação suplementar. Apesar dessa divisão, os componentes foram organizados de forma sequencial, progressiva e dialógica.

Na dimensão dos componentes de formação básica, as disciplinas e conteúdos a serem trabalhados deverão compor o alicerce acadêmico do aluno ingressante, preparando-o para o contato com os conceitos mais profundos e de preparação profissional, humanística e complementar nas diversas áreas que compõe o curso.

Na dimensão dos componentes de formação complementar, as disciplinas e conteúdos ministrados deverão compor conhecimentos alicerçados na dimensão de formação básica a fim de ampliar e de aprofundar a base científica e os fundamentos acadêmicos do aluno.

Na dimensão dos componentes de formação tecnológica em Gestão Pública, as disciplinas e os conteúdos darão o tom acadêmico do curso, cuja meta principal, é a formação tecnológica e a preparação do futuro egresso para o mercado de trabalho que urge por profissionais capacitados em tecnologia de ponta. Os fundamentos das disciplinas que compreendem essa dimensão devem dialogar de forma transversal, multidisciplinar, transdisciplinar e interdisciplinar com os conhecimentos preconizados nas disciplinas das dimensões de formação básica, complementar, humanística e suplementar.

Na dimensão dos componentes de formação humanística, as disciplinas deverão humanizar a relação homem-máquina-homem. O discente do curso deve ter preparação

tecnológica e humanística a fim de se preparar para um exercício profissional que prime pela isonomia e pelo máximo respeito à dignidade da pessoa humana, tratando todos com igualdade de condições.

Na dimensão dos componentes de formação suplementar, o aluno terá no Estágio Curricular Supervisionado e Atividades Complementares suas vitrines e caminhos para o futuro mercado de trabalho e no Trabalho de Conclusão de Curso, esse mesmo discente terá o suporte necessário que o tornará hábil para a confecção de produtos que tornarão a vida do homem mais confortável e as instituições públicas e privadas mais dinâmicas e tecnologicamente mais acessíveis, física e virtualmente.

A flexibilidade deste curso está preconizada neste projeto nas disciplinas Metodologia da Pesquisa Científica e Elaboração de Projetos de Pesquisa, nas quais o Núcleo Docente Estruturante, depois de se certificar da necessidade de uma demanda de conhecimento, fará a sugestão de conteúdos e referências que poderá ser acatada e anuída pelo Colegiado do Curso. Além do mais, a flexibilidade está de igual forma, assinalada nas disciplinas optativas, por meio das quais o aluno escolherá, segundo o seu interesse de formação, aquelas que melhor flexibilizem seu conhecimento.

A interdisciplinaridade dar-se-á por intermédio de projetos que podem ser desenvolvidos em todos os semestres englobando todas ou parte das disciplinas segundo a demanda dos temas e o interesse da equipe de professores.

Em face do exposto, considera-se que este projeto tenha sido reformulado de forma a favorecer o aluno e o professor, procurando assegurar-lhes a mais ampla acessibilidade pedagógica e atitudinal. A organização pedagógica e a administrativa proposta por este projeto visam promover a teoria aliada à prática na formação ampla do futuro egresso, asseverando-lhe as necessárias competências e habilidades para exercício da profissão e para as relações subjetivas de transformação do meio no qual está inserido.

Quadro 2: Da Estrutura Curricular

COMPONENTES DE FORMAÇÃO BÁSICA
Fundamentos das Ciências Sociais Metodologia da Pesquisa Científica Comunicação e Linguagem Matemática Básica e Aplicada Informática Aplicada Introdução à Economia Introdução à Contabilidade
COMPONENTES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR
Direito Constitucional Redação Oficial Matemática Financeira Fundamentos da Ciência Política

Estatística Aplicada Inglês Instrumental Língua Brasileira de Sinais Economia Brasileira Gestão de Inovações Tecnológicas Gestão Ambiental e Responsabilidade Social
COMPONENTES DE FORMAÇÃO TECNOLÓGICA EM GESTÃO PÚBLICA
Teorias das Organizações Sistema de Informação Gerencial Procedimentos Administrativos na Gestão Pública Comportamento Organizacional Ética na Gestão Pública Direito Administrativo Administração Financeira e Orçamentária Gestão de Projetos Desenvolvimento Regional Políticas Públicas Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Gestão Patrimonial e Logística Contabilidade Pública Planejamento e Gestão Estratégica Licitações e Contratos Administrativos Gestão de Pessoas Auditoria Pública Marketing no Serviço Público Qualidade do Atendimento no Serviço Público Tendências Contemporâneas em Gestão Pública Empreendedorismo Governamental
COMPONENTES DE FORMAÇÃO HUMANÍSTICA
Multiculturalismo e Direitos Humanos Inclusão Social e Digital Atividade Física e Qualidade de Vida do Trabalhador Público
COMPONENTES DE FORMAÇÃO SUPLEMENTAR
Elaboração de Projeto de Pesquisa Trabalho de Conclusão de Curso Atividades Complementares Estágio Supervisionado

Fonte: *Campus* Porto Velho Zona Norte (2015)

A estrutura curricular foi elaborada com disciplinas que integram o curso, como parte essencial do Projeto Pedagógico. Esta estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e integra a proposta semestral de cumprimento de disciplinas, para a integralização do curso pelo aluno, no tempo definido neste Projeto Pedagógico.

A otimização do corpo docente, com profissionais com diversas formações, traz uma prática interdisciplinar ao curso, mais vivenciada, e não somente teorizada. A organização da estrutura das disciplinas que serão oferecidas busca inter-relacionar, contrastar, complementar e ampliar os conhecimentos a ser formado no egresso.

O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos previamente definidos que serão estudados de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar para atender à formação do perfil do profissional egresso.

A estrutura curricular do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, preservando a sua articulação, busca mecanismos capazes de lhe permitir um grau de flexibilidade, possibilitando ao aluno desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos, criando-se condições de tempo para pesquisas bibliográficas e autoaprendizagem, por meio de adequado planejamento das cargas horárias semestrais, respeitado o limite máximo de horas/aula semanais, seguindo orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e do Catálogo Nacional para Cursos Superiores de Tecnologia.

Quadro 3: Matriz curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA IFRO — CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE							
Resolução 3/2002/CNE — Hora-aula de 50 minutos							
Períodos	Disciplinas	Códigos	Créditos	CH Teórica	CH Prática	Horas-Aula	Horas-Relógio
1º	Fundamentos das Ciências Sociais	FCS	2	40	-	40	33,3
	Metodologia da Pesquisa Científica	MPC	3	40	20	60	50,0
	Teorias das Organizações	TO	4	80	-	80	66,7
	Comunicação e Linguagem	CL	2	40	-	40	33,3
	Matemática Básica e Aplicada	MBA	3	60	-	60	50,0
	Informática Aplicada	INFA	2	20	20	40	33,3
	Introdução à Economia	IE	2	40	-	40	33,3
	Introdução à Contabilidade	IC	2	40	-	40	33,3
	Subtotal 1		20	360	40	400	333,3
2º	Direito Constitucional	DC	4	80	-	80	66,7
	Sistema de Informação Gerencial	SIG	2	40	-	40	33,3
	Procedimentos Administrativos na Gestão Pública	PAGP	3	60	-	60	50,0
	Comportamento Organizacional	CO	3	60	-	60	50,0
	Ética na Gestão Pública	EGP	2	40	-	40	33,3
	Redação Oficial	RO	2	40	-	40	33,3
	Fundamentos da Ciência Política	FCP	2	40	-	40	33,3
	Matemática Financeira	MF	2	40	-	40	33,3
	Subtotal 2		20	400	-	400	333,3
3º	Direito Administrativo	DADM	4	80	-	80	66,7
	Administração Financeira e Orçamentária	AFO	4	80	-	80	66,7
	Gestão de Projetos	GP	3	60	-	60	50,0
	Desenvolvimento Regional	DR	3	60	-	60	50,0
	Políticas Públicas	PP	3	60	-	60	50,0
	Estatística Aplicada	EA	3	60	-	60	50,0
	Subtotal 3		20	400	-	400	333,3
4º	Gestão Patrimonial e Logística	GPL	4	80	-	80	66,7
	Contabilidade Pública	CP	2	40	-	40	33,3
	Planejamento e Gestão Estratégica	PGE	4	80	-	80	66,7
	Licitações e Contratos Administrativos	LCA	4	80	-	80	66,7

	Optativa I	OPT	2	40	-	40	33,3	
	Gestão de Pessoas	GP	2	40	-	40	33,3	
	Elaboração de Projeto de Pesquisa	EPP	2	20	20	40	33,3	
	Subtotal 4		20	380	20	400	333,3	
5º	Auditoria Pública	AP	3	60	-	60	50,0	
	Marketing no Serviço Público	MSP	2	40	-	40	33,3	
	Qualidade do Atendimento no Serviço Público	QASP	2	40	-	40	33,3	
	Tendências Contemporâneas em Gestão Pública	TCGP	4	80	-	80	66,7	
	Gestão Ambiental e Responsabilidade Social	GARS	2	40	-	40	33,3	
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	MAPP	2	40	-	40	33,3	
	Optativa II	OPT	2	40	-	40	33,3	
Subtotal 5		-	17	340	-	340	283,3	
Total da carga horária das disciplinas			-	97	1.880	60	1.940	1617
Núcleo Complementar	Componentes	Códigos	Créditos	CH Teórica	CH Prática	Horas-Aula	Horas-Relógio	
	Atividades Complementares	AC	6	-	120	120	100	
	Trabalho de Conclusão de Curso	TCC	5	-	100	100	83	
	Estágio Supervisionado	ES	18	-	360	360	300	
	Subtotal 6		-	29	-	580	580	483
Total			-	126	1.880	640	2500	2.100*

Fonte: *Campus* Porto Velho Zona Norte (2015)

* A carga horária total apurada na conversão de hora-aula em hora-relógio foi considerada pela soma global dos tempos de cada componente, em vista de que os valores por semestre têm fracionamentos e impedem um resultado exato.

Em consonância com as orientações Diretrizes Curriculares Nacionais e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o presente projeto busca-se oportunizar a flexibilização por meio da implementação de disciplinas optativas (quadro 4) que visam capacitar os futuros gestores na compreensão das relações etnoraciais e dos direitos do homem, que sejam inseridos nas inovações tecnológicas atentos com a qualidade de vida.

Quadro 4: Das Disciplinas Optativas

Disciplinas Optativas*	Códigos	Créditos	CH Teórica	CH Prática	Horas-Aula	Horas-Relógio
Inglês Instrumental	II	2	40	-	40	33
Empreendedorismo Governamental	EG	2	40	-	40	33
Multiculturalismo e Direitos Humanos	MDH	2	40	-	40	33
Língua Brasileira de Sinais	LIBRAS	2	40	-	40	33
Economia Brasileira	EB	2	40	-	40	33
Atividade Física e Qualidade de Vida do Trabalhador Público	ATIV	2	20	20	40	33
Inclusão Social e Digital	ISD	2	40	-	40	33

Gestão de Inovações Tecnológicas	GIT	2	40	-	40	33
----------------------------------	-----	---	----	---	----	----

Fonte: *Campus* Porto Velho Zona Norte (2015)

* A escolha será por votação democrática, com regras estabelecidas em edital expedido pela Direção-Geral do *campus*. Será ofertada a disciplina que obtiver o maior percentual de escolha pelos alunos matriculados no semestre anterior a oferta da disciplina.

3.4 Planos de Disciplina

Os planos de disciplina (Apêndice 1) são indicadores prévios do que deve constar nos planos de ensino, a serem apresentados antes do início dos períodos letivos, pelos professores, à Diretoria de Ensino, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação.

3.5 Requisitos de Formação

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e regulamentações do Ministério da Educação (MEC). No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

Quadro 5. Requisitos de formação por disciplina

Nº	Disciplina	Formação Escolar Mínima Requerida
1	Fundamentos das Ciências Sociais	Graduação em Sociologia/Graduação em Ciências Sociais/Graduação em Filosofia
2	Metodologia da Pesquisa Científica	Graduação em qualquer área do conhecimento
3	Teorias das organizações	Graduação em Administração
4	Comunicação e Linguagem	Graduação em Letras — Língua Portuguesa e Literatura
5	Matemática Básica e Aplicada	Graduação em Matemática
6	Informática Aplicada	Graduação em Informática
7	Introdução à Contabilidade	Graduação em Contabilidade
8	Introdução à Economia	Graduação em Economia
9	Direito Constitucional	Graduação em Direito
10	Sistema de Informação Gerencial	Graduação em Administração
11	Procedimentos Administrativos na Gestão Pública	Graduação em Administração
12	Comportamento Organizacional	Graduação em Administração
13	Ética na Gestão Pública	Graduação em Sociologia/Graduação em Ciências Sociais/Graduação em Filosofia
14	Matemática Financeira	Graduação em Matemática
15	Redação Oficial	Graduação em Letras — Língua Portuguesa e Literatura
16	Fundamentos da Ciência Política	Graduação em Filosofia/Graduação em Ciências Políticas/Graduação em Ciências Sociais
17	Direito Administrativo	Graduação em Direito
18	Administração Financeira e Orçamentária	Graduação em Administração/ Graduação em Contabilidade/Graduação em Economia/ Graduação em Direito
19	Gestão de Projetos	Graduação em Administração
20	Desenvolvimento Regional	Graduação em Administração/Graduação em Economia/Graduação em Geografia/ Graduação em

		História/ Graduação em Sociologia
21	Políticas Públicas	Graduação em Sociologia/Graduação em Direito/Graduação em Ciências Sociais/Graduação em Economia/Graduação em Filosofia/Graduação em Administração
22	Gestão Patrimonial e Logística	Graduação em Administração/Graduação em Engenharia da Produção
23	Contabilidade Pública	Graduação em Contabilidade
24	Planejamento e Gestão Estratégica	Graduação em Administração/Graduação em Engenharia da Produção
25	Licitações e Contratos Administrativos	Graduação em Direito
26	Gestão de Pessoas	Graduação em Administração
27	Estatística Aplicada	Graduação em Matemática/Graduação em Estatística/Graduação em Economia
28	Elaboração de Projetos de Pesquisa	Graduação em qualquer área do conhecimento
29	Auditoria Pública	Graduação em Contabilidade/Graduação em Economia/Graduação em Direito/ Graduação em Administração
30	Marketing no Serviço Público	Graduação em Administração
31	Qualidade do Atendimento no Serviço Público	Graduação em Administração
32	Tendências Contemporâneas em Gestão Pública	Graduação em Administração/ Graduação em Economia
33	Gestão Ambiental e Responsabilidade Social	Graduação em Administração
34	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Graduação em Sociologia/Graduação em Direito/Graduação em Ciências Sociais/Graduação em Economia/Graduação em Administração

Fonte: *Campus* Porto Velho Zona Norte (2015)

3.6 Da Metodologia e abordagens pedagógicas para o Tecnólogo em Gestão Pública

As metodologias propostas visam ao rigor, à solidez e à integração dos conhecimentos teóricos e práticos, voltados para a formação do profissional e do cidadão. O objetivo é levar os alunos a aprender a aprender que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade.

A construção de um projeto apoiado em relações democráticas previstas na concepção do curso fica garantida nas metodologias participativas e integradoras, tais como trabalhos em grupos e aulas dialogadas.

As pesquisas e os seminários levam a formação de profissionais que possam também produzir novos conhecimentos, aliando a teoria à prática por meio da observação e da análise da realidade educacional brasileira. A concepção do curso contempla o indivíduo na condição pós-moderna, envidando a formação do conhecimento, aprendendo a lidar com o avanço da ciência, da tecnologia de forma integral e a olhar para o novo homem de forma holística.

Essa visão da educação, que tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerca, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir.

No IFRO, caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso.

No seu fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações. Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e em equipe, que incluam, entre outros:

- ✓ aulas expositivas/dialogadas;
- ✓ leitura e discussão de textos;
- ✓ pesquisas;
- ✓ estudos e trabalho em grupo;
- ✓ exercícios de interpretação de textos;
- ✓ dinâmicas de grupo;
- ✓ seminários temáticos;
- ✓ debates;
- ✓ elaboração de projeto de pesquisa;
- ✓ pesquisa teórica/bibliográfica;
- ✓ análise da legislação;
- ✓ visitas técnicas em instituições conveniadas e outras;
- ✓ estudos de caso.

O Projeto Pedagógico do Curso visa proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

Ademais, visa-se, com a implantação do curso formar um indivíduo que esteja apto a atuar profissionalmente em equipes multiprofissionais ou individualmente, gestão pública federal, estadual ou municipal, em grandes centros urbanos ou pequenos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação a relação entre o ambiente e a qualidade de vida física e intelectual dos semelhantes.

Cabe destacar que o município de Porto Velho e a região, em que será oferecido este curso, possui infraestrutura capaz de absorver os egressos, assim como de proporcionar importantes experiências de prática profissional aos alunos.

A implantação do curso não constituiu uma realidade dissociada do contexto geral do IFRO. Muito pelo contrário, esse curso somará esforços aos demais mantidos pela IES rumo ao cumprimento de sua grande missão que é formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania plena.

Assim sendo, inserido no contexto da oferta de cursos do IFRO, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública visa à formação acadêmica de um profissional com sustentação científica, postura ética reflexiva, qualificado para o exercício profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Considerando que o Estado de Rondônia está em franco desenvolvimento e que suas estruturas econômicas e sociais também crescem no mesmo sentido, faz-se necessária a implantação deste curso com o propósito de preparar profissionais melhores qualificados para atender a demanda por melhores tecnologias requeridas pela administração pública que, a cada dia, cresce, de forma acelerada, as suas demandas.

Em conformidade com o novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) o IFRO cria e implanta seus projetos de cursos visando o desenvolvimento do cidadão e do meio em que ele está inserido e atua como indivíduo reflexivo, crítico e criativo.

Ainda em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), o IFRO acredita que “o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma Educação de qualidade”. Assim sendo, o IFRO contribui para o movimento Todos pela Educação citado no texto do PNE, procurando sanar as necessidades de formação profissional no âmbito de sua região de abrangência.

3.6 Estratégias de Flexibilização Curricular

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi constituída de forma a priorizar a integração entre ciência e tecnologia, cultura e formação

profissional, pois dessa forma os conteúdos poderão articular-se e ser desenvolvidos por meio de projetos integradores. O curso tem por fim formar cidadãos plenos e comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico, competentes para atuarem em instituições públicas, nas atividades de planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. Para alcançar os objetivos propostos, as atividades deverão ser desenvolvidas de forma interdisciplinar.

Nesse processo de formação, é importante que o discente seja preparado para sua integração ao mundo do trabalho, tendo em vista sua atuação como profissional da área de Gestão Pública. Ou seja, serão desenvolvidas atividades por meio de projetos de pesquisa e extensão em instituições públicas, a fim de que o discente construa uma formação sólida e convergente com as tendências contemporâneas exigidas pela Nova Gestão Pública.

Além disso, a fim de propiciar flexibilidade curricular, o curso admitirá matrícula especial de alunos advindos de outras instituições, conforme o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação e editais específicos de seleção. Admitirá, ainda, matrícula de alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em outros cursos do IFRO para cumprimento de disciplinas equivalentes em que haja retenção ou por necessidade de cumprimento de currículo em tempo hábil, desde que os casos sejam admitidos pela Diretoria de Ensino, instruídos pela Coordenação do Curso e nos limites estabelecidos pelo Regulamento da Organização Acadêmica do IFRO.

3.7 Atividades Complementares

As Atividades Complementares, por seu turno, visam possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao curso, não se confundindo com o estágio curricular supervisionado.

Assim, se orientam a estimular a prática de estudos independentes, transversais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, e se constituem em componentes curriculares enriquecedores e fomentadores do perfil do formando.

A competência profissional do egresso há de resultar da integração de várias competências distintas, além da exclusivamente científica, a saber: a crítica, a técnica, a

relacional, a de atuação prática e a humanística, desenvolvendo interesses pelos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da comunidade à qual pertence.

Deste modo, as Atividades Complementares constituem um conjunto de práticas de extensão, por participação e/ou execução, em projetos e eventos desenvolvidos dentro e/ou fora da IES e que promovam o aprimoramento da formação acadêmica do aluno, bem como estabeleçam a relação educativa indispensável entre a teoria e a prática, como complementação das atividades curriculares pré-estabelecidas.

As atividades complementares serão implementadas e incrementadas durante todo o curso, como mecanismos de aproveitamento de conhecimentos já construídos pelo estudante. Elas se constituirão de estudos e práticas independentes realizadas pelos alunos, presenciais ou a distância, conforme previsão na Instrução Normativa do IFRO. As Atividades Complementares serão coordenadas pelo Coordenador do Curso que seguirá o regulamento devidamente elaborado para este fim.

3.8 Avaliação

a) Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo de ensino e aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa. Deve ser utilizada como princípio para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos ao longo do processo da aprendizagem sobre eventuais provas finais, conforme previsão na LDB 9.394/96.

A avaliação deve ocorrer de forma diversificada, por meio de instrumentos e estratégias como os previstos abaixo:

- a) Autoavaliação (o aluno observa e descreve seu desenvolvimento e dificuldades);
- b) Instrumentos avaliativos de diferentes formatos (desafiadores, cumulativos, com avaliação aleatória);
- c) Mapas conceituais (organização pictórica dos conceitos, exemplos e conexões percebidos pelos alunos sobre um determinado assunto);
- d) Trabalhos em grupo;

- e) Atividades de culminância (projetos, monografias, seminários, exposições, feira de ciências, coletâneas de trabalhos).

Para a avaliação da aprendizagem, deverão ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação, elaborados pelo professor. Este e demais critérios estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação, que atende ainda, dentre outros, aos princípios relativos a notas e frequência.

b) Avaliação do Curso

A avaliação do curso deverá favorecer o aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e à consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior propõe a integração da Avaliação Institucional e a Avaliação do Projeto do Curso com vistas à formação de profissionais-cidadãos, responsáveis e com capacidade para atuar em função de transformações sociais.

A Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso é realizada de acordo com os princípios estabelecidos e as categorias indicadas no documento “Instrumento de avaliação de cursos de graduação do Ministério da Educação”. De acordo com esse contexto propõem-se três categorias de análise que subsidiarão a avaliação do projeto do curso:

- I - A organização didático-pedagógica proposta e implementada pela Instituição bem como os resultados e efeitos produzidos junto aos alunos;
- II - O perfil do corpo docente, corpo discente e corpo técnico, e a gestão acadêmica e administrativa praticada pela Instituição, tendo em vista os princípios definidos nas normativas da Rede Federal de Educação, em especial a LDB;
- III - As instalações físicas que comportam as ações pedagógicas previstas neste Projeto Pedagógico e em atendimento à previsão mínima do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente

Estruturante, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

São considerados relevantes para o processo de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, das avaliações do curso pelo INEP, do ENADE, do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e dos resultados das atividades de pesquisa e extensão.

Essa avaliação deverá obedecer ainda às orientações para avaliação de cursos, apresentada pela Diretoria de Desenvolvimento do Ensino, da Pró-Reitoria de Ensino.

3.9 Prática Profissional

A Prática Profissional consiste numa importante estratégia para a efetivação do curso, por se tratar de uma área que requer intensiva vivência do formando nos locais próprios de sua atuação. Ela é realizada na forma de estágios e práticas complementares.

a) Estágio Supervisionado

O estágio consiste em uma prática profissional com vistas à construção de experiências bastante específicas na formação do cursista, vinculando-o, de forma direta, ao mundo do trabalho. Deverá ser realizado presencialmente, e é obrigatório, contemplando, no mínimo, 300 horas de duração; consiste em requisito para obtenção de diploma. Deverá ser realizado com atendimento à Lei 11.788/2008, que prevê assinatura de Termo de Compromisso Tripartite, orientação (por professor das áreas específicas do curso e supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria Instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso, neste caso, cumprindo os princípios da Orientação Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou a que estiver em vigor no momento.

Visa contemplar uma prática profissionalizante de qualidade, vinculada a uma postura crítica diante dos conhecimentos teóricos, assim como uma postura ética diante do trabalho, tendo por objetivos:

- I. propiciar ao aluno subsídios para a compreensão da realidade institucional;
- II. compreender a inter-relação teoria e prática em condições concretas;

III. trabalhar em condições reais de planejamento e sistematização.

A disciplina do Estágio Supervisionado é bastante peculiar, diferenciando-se das demais, pois implica colocar o aluno em contato direto com a área de intervenção que é bastante diversificada. Dessa forma, o Estágio Curricular terá por objetivo propiciar ao aluno, uma experiência profissional supervisionada, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades, seu aprimoramento pessoal e profissional e sua inserção na vida profissional.

As formas de realização do estágio deverão ser definidas conforme o Regulamento de Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Manual de Orientação de Estágio, aprovados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. As formas de realização do acompanhamento pedagógico estão disciplinadas em Instrução Normativa do IFRO. Questões omissas das normativas e deste projeto, relacionadas às condições de realização da prática de estágio, serão resolvidas pelos órgãos consultivos do IFRO.

O estágio será iniciado quando o aluno houver concluído a primeira metade do curso e encerrado até o prazo final de integralização curricular. Não se aceitará, para fins de diplomação neste *campus*, que estágios sejam realizados em prazo posterior. O tempo de realização do estágio será acrescido à carga horária de formação do aluno, nos documentos de conclusão do curso.

b) Trabalhos de Conclusão de Curso

Os trabalhos de conclusão de curso (TCCs) consistem em práticas a serem desenvolvidas pelo aluno e orientadas por um professor do curso. Envolve elaboração de projeto de pesquisa, aplicação de pesquisa e produção de um artigo científico, a ser defendido diante de banca examinadora. As normas constam no Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, instituído pelo IFRO. As atividades de TCC devem ser iniciadas após a oferta da disciplina Metodologia Científica e a partir do ingresso do aluno no penúltimo semestre do curso. A elaboração e defesa do TCC são requisitos parciais para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

3.10 Apoio ao Discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno.

O aluno conta com o atendimento da Secretaria Acadêmica no que compete a ela e também com o apoio irrestrito do coordenador do curso que está a sua disposição em horários prefixados em murais e disponíveis no site da IES.

No âmbito dos cursos, há outros segmentos especializados no atendimento e apoio discente, com acompanhamento dos alunos que, por natureza de sua formação básica, apresentam desníveis de conhecimento em relação aos demais componentes do grupo. Para este objetivo, é proposto aos alunos, atividades de estratégias de nivelamento, que tem como objetivo, recuperar as deficiências de formação dos ingressantes.

O IFRO oferece cursos e atividades de nivelamento em matemática e língua portuguesa. Os cursos de nivelamento são oferecidos a todos os alunos do primeiro semestre do curso, logo nas primeiras semanas de aula. Os cursos e atividades de nivelamento têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica e fazê-lo refletir sobre o que representa a nova vida acadêmica. Além dos acima enumerados, outras disciplinas e conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos ingressantes no IFRO, dependendo das necessidades detectadas pelos docentes e equipe pedagógica.

Os alunos tem a possibilidade de fazer estudos individuais fora da sala de aula. O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo coordenador de curso e pelos professores com jornada semanal específica para atendimento extraclasse ao discente, conforme legislação interna. Esse atendimento é feito personalizado e individualmente de forma solucionar as dificuldades e/ou alguma demanda do discente, realizado na cabine individual de trabalho do professor. O aluno, com prévio agendamento, faz valer seus direitos tirando dúvidas e apresentando sugestões. Os docentes atendem também os alunos que participam dos projetos de iniciação científica, das monitorias, projetos de pesquisa, extensão, dos trabalhos de conclusão de curso, dos estágios supervisionados.

Para os alunos que precisam ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões há ainda a Ouvidoria que tem atendimento presencial e pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). A Ouvidoria é segmento importante no atendimento e apoio ao discente e está regulamentada em documento próprio.

São oferecidos aos discentes, através Coordenação de Assistência ao Educando – CAED uma equipe multiprofissional treinada e especializada para atendimentos de suporte ao ensino. São oferecidos os serviços especiais, dentro de suas necessidades e especificidades as seguintes ações:

- ✓ **Atendimento Psicológico:** A psicologia escolar pode auxiliá-lo na avaliação e diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, orientação vocacional, ou encaminhamentos de casos clínicos que necessitem de um atendimento especializado. O discente pode solicitar o atendimento diretamente a Coordenação de Assistência ao Educando – CAED ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
- ✓ **Atendimento Enfermeira:** As ações de Enfermagem compreendem principalmente a orientação para prevenção de doenças e promoção da saúde, através de palestras, orientações individuais e coletivas. O discente pode solicitar o atendimento diretamente a Coordenação de Assistência ao Educando – CAED ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
- ✓ **Atendimento Assistente Social:** O profissional em Serviço Social pode auxiliar o discente na superação de todas as formas de preconceitos e desigualdades de classe social, cultural, origem, gênero e raça/etnia. Além disso, poderá contribuir para inclusão em programas de Assistência Estudantil, através de estudos/diagnósticos socioeconômicos. O discente pode solicitar o atendimento diretamente a Coordenação de Assistência ao Educando – CAED ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
- ✓ **Orientação Educacional:** As ações de Orientação Educacional visam contribuir para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado nos aspectos físico, mental, emocional, moral, estético, político, social, educacional e profissional. O discente pode solicitar o atendimento diretamente a Coordenação de Assistência ao Educando – CAED ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Além dos serviços acima, a Coordenação de Assistência ao Educando oferece uma Política de Assistência Estudantil (PAE) para facilitar o ingresso e permanência do aluno na instituição, consolidar o apoio à formação acadêmica integral, contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais, reduzir as taxas de retenção e evasão e promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas do Instituto.

O PAE é composto por dez programas. No entanto, no *Campus* Porto Velho Zona Norte, em virtude de suas especificidades, são oferecidos aos alunos oito programas. Estes são:

- I - **Programa de Atenção à Saúde e Apoio Biopsicossocial – PROASAB:** O Programa objetiva trabalhar na perspectiva da promoção da saúde, prevenção de

doenças e agravos, assistência médica, odontológica e psicossocial inicial aos estudantes do IFRO.

- II - Programa de Acompanhamento Acadêmico e Suporte ao Ensino – PROASEN:** O Programa tem como propósito desenvolver ações voltadas ao atendimento do estudante com baixo desempenho acadêmico, com necessidades educacionais específicas ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando seu êxito no processo educativo.
- III - Programa de Desenvolvimento Técnico-Científico – PRODETEC:** O Programa objetiva, por meio da articulação dos eixos ensino, pesquisa e extensão, o fomento ao desenvolvimento técnico-científico do estudante do IFRO. A efetivação do programa se dará por meio de auxílio financeiro para a participação do estudante em eventos/atividades técnico-científicas (inscrição/passagem/hospedagem/alimentação), publicação (livros, revistas, periódicos) ou outras ações que contribuam para sua formação intelectual, acadêmica e profissional.
- IV - Programa de Monitoria:** O programa de Monitoria se desenvolve por meio de atividades de estudantes no apoio aos professores de disciplinas que requeiram contribuição de colaboradores com adequados níveis de conhecimento, habilidades no relacionamento interpessoal e predisposição ao desenvolvimento de planos de trabalho.
- V - Programa de Concessão de Auxílio Transporte – PROCAT:** O Programa objetiva assegurar condições de locomoção do estudante socioeconomicamente vulnerável residente na cidade, na zona rural ou outros municípios circunvizinhos, visando sua permanência e conclusão dos estudos.
- VI - Programa de Concessão de Auxílio ao Estudante Colaborador – PROCAE:** O Programa tem o objetivo de inserir o estudante, prioritariamente socioeconomicamente vulnerável, em atividades de educação (teórico/prática) realizadas nas dependências do IFRO, em horários compatíveis com suas atividades acadêmicas. O programa visa à integração social e a vivência de situações complementares ao ensino que oportunizem o desenvolvimento de atitudes e habilidades de formação cidadã. A inserção do estudante no Programa está vinculada à participação em processo seletivo específico e seus participantes receberão um auxílio financeiro para manutenção de seus estudos.

VII - **Programa de Auxílio à Moradia Estudantil – PROMORE:** O Programa objetiva a viabilização de moradia/aluguel ao estudante socioeconomicamente vulnerável oriundo de outras cidades ou da zona rural e necessite residir temporariamente no município sede do *Campus* para terem ampliadas suas condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo.

VIII - **Programa de Auxílio Complementar – PROAC:** O Programa tem o objetivo de prover auxílio financeiro ao estudante socioeconomicamente vulnerável e que não tenha suas necessidades atendidas em outros programas de Assistência Estudantil propostos.

3.11 Avaliação do Curso e Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso

A respeito da autoavaliação, o PPC contempla o previsto na Lei nº 10.861/2004 - SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

A estruturação avaliativa do curso compreende o especificado no Projeto e Regulamento da CPA e contempla os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas.

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade aplica, constantemente, instrumentos avaliativos a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma de construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além, é claro, da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico.

A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela CPA para que possa propor as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

A obtenção dos resultados avaliativos do curso tem possibilitado um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pelo IFRO no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo, desta maneira, para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e atua como agente de transformação social e cultural.

A avaliação do PPC traz, em si, a oportunidade de rupturas com a acomodação e abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, qual a melhor política a ser adotada em sua implementação e qual a sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

São considerados relevantes para o processo de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, das avaliações do curso pelo INEP, do ENADE, do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e dos resultados das atividades de pesquisa e extensão.

O processo de autoavaliação do PPC foi implantado de acordo com as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional e, por último, deve envolver a participação dos professores, dos alunos e do corpo técnico-administrativo envolvido com o curso.

Cabe a CPA e a Coordenação do Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, com o apoio do NDE. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos, a análise desses relatórios conclusivos de autoavaliação pela CPA, pela Coordenação do Curso e pelo NDE.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético.

3.12 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem

O *Campus* Porto Velho Zona Norte dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, salas de coordenação. Disponibilização de laboratórios de informática equipados com computadores, todos ligados à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Em todas as dependências comuns da IES é disponibilizado serviço de *wireless* aos estudantes. A IES incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas, como o Portal de Periódicos CAPES, para acessos às revistas eletrônicas. As aulas com slides por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, vídeos entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

Nos microcomputadores e *softwares* disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados(as):

- ✓ a internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google Acadêmico, Scielo, Domínio Público entre outros

banco de dados que se façam necessários a sua pesquisa) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado a partir dos materiais encontrados;

- ✓ a comunicação por e-mail, já está consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;
- ✓ os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de *slides* e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, *slides* ou *blogs*;
- ✓ uso do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), que utiliza o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE), como ferramenta de suporte ao processo de ensino-aprendizagem;
- ✓ demais ferramentas, como as redes sociais e aplicativos de comunicação, entre outras, de acordo com o previsto nos planos de ensino de cada disciplina.

4 POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A concepção de Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPTT) definida pelo IFRO é pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Busca-se a integração entre ciência, tecnologia, cultura e formação profissional, de forma a contribuir para uma formação plena e humanística do educando e o crescimento socioeconômico local e regional.

Almeja-se promover ações de modo a incentivar a iniciação científica, por meio de atividades como a construção do trabalho de conclusão de curso, e o desenvolvimento de atividades de extensão. O estágio proporcionará integração do cursista com o mundo do trabalho e intensificará a relação entre teoria e prática, num mecanismo que envolve ação orientada e reflexão crítica. Será incentivada a participação ativa do educando em todo o seu

processo de formação, na condição de sujeito sócio-histórico e imerso nas novas tecnologias de Gestão Pública.

4.1.1 Política de Articulação com Empresas

O *Campus* Porto Velho Zona Norte adotará como principal política de articulação o estabelecimento de parcerias com empresas e instituições públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou qualquer setor da economia que haja capital público, sejam eles pertencentes a qualquer uma das três esferas — municipal, estadual ou federal —, para a prospecção de vagas de estágio e realização de visitas técnicas. Além disso, haverá visitas técnicas, palestras, consultorias, projetos de extensão, acompanhamento de egressos e outras atividades de articulação que possam desenvolver parcerias para a melhoria da formação do Tecnólogo em Gestão Pública e a participação do *Campus* no fomento do crescimento socioeconômico do Estado.

4.2 Critérios de Aproveitamento de Estudos

Poderá acontecer aproveitamento de disciplinas, de acordo com a oferta do curso, levando-se em conta a realidade da instituição que as ofereceu e do IFRO, conforme as orientações contidas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO (Resolução nº 47, de 06 de dezembro de 2010 e suas atualizações).

4.3 Certificação de Conclusão de Curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o **Diploma de Tecnólogo em Gestão Pública**, a ser registrado conforme o Regulamento de Certificados e Diplomas do IFRO. Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas profissionais previstas para o curso, incluindo-se estágios, atividades complementares e trabalhos de conclusão de curso, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente.

5. ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO E DE NATUREZA ACADÊMICA

5.1 Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso trabalhará em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e dos professores e conforme as demandas e

características do curso. É realizada por um profissional com elevado grau de formação, experiência profissional e acadêmica e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionadas ao curso. O discente pode solicitar o atendimento diretamente ao Coordenador Curso ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O Coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e atender a requisitos de atuação dispostos pelo MEC no Instrumento de Avaliação de Reconhecimento de Cursos, que envolvem disponibilidade adequada de tempo à coordenação, experiência de trabalho docente no nível superior, boa relação com docentes e discentes e participação nos colegiados afins. As competências do coordenador estão previstas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO.

Para que um docente seja indicado ou se candidate a coordenador de curso, deverá ter experiência profissional de 4 anos, sendo, no mínimo 1 ano completo na educação superior; ter titulação mínima de mestre e possibilidade de se dedicar o maior número possível de horas à coordenação, ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, considerando o número de alunos do curso conforme instrumento de avaliação do INEP/MEC, no item 2.4.

a) Identificação do Coordenador do Curso

A Coordenação do curso será exercida pelo professor: Jonimar da Silva Souza.

b) Titulação e Formação do Coordenador do Curso

Quadro 6: Titulação do coordenador do curso

Ano de Início e Integralização	Nível	Nome do Curso	Instituição
2011 – 2013	Mestrado	Mestrado em Administração	Universidade Federal de Rondônia
2010-2011	Especialização	<i>Softwares</i> educacionais no ensino de matemática	Faculdade de Santo André
2006-2007	Especialização	Metodologia do ensino superior e inovações curriculares	Faculdade da Amazônia
2003-2006	Graduação	Licenciatura em Matemática	Universidade Federal de Rondônia
2011- até o momento	Graduação	Bacharelado em Administração Pública	Universidade Federal de Rondônia/UAB

Fonte: IFRO (2015)

O *curriculum lattes* completo do coordenador do curso está disponível nos arquivos da Instituição para a devida averiguação e comprovação dos dados apresentados neste título.

c) Experiência Profissional de Magistério Superior e de Gestão do Coordenador do Curso

No quadro abaixo, está demonstrada a experiência do coordenador do curso para fins de comprovação de sua real atuação profissional no magistério superior, bem como em setores de gestão.

Quadro 7: Experiência Profissional do Coordenador do Curso

Tempo de Experiência no Magistério Superior	Tempo de Experiência em Gestão
2 anos e 6 meses	3 anos

Fonte: IFRO (2015)

d) Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

Em obediências às políticas de contratação de pessoal e em atendimento às exigências legais, o coordenador do curso desenvolve suas funções em REGIME INTEGRAL de trabalho, com DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, conforme está demonstrado em sua portaria de nomeação.

e) Carga-Horária do Coordenador do Curso

O coordenador do curso trabalha em regime de dedicação exclusiva perfazendo um total de 40 horas semanais distribuídas da seguinte forma:

Quadro 8: Carga-horária do Coordenador do Curso

Descrição das Atividades	Número de Horas
Aulas presenciais	8 horas
Coordenação do Curso	25 horas
Tempo dedicado a pesquisa	3 horas
Tempo dedicado a extensão	2 horas
Tempo destinado a capacitação e publicação	2 horas
Total	40 horas

Fonte: IFRO (2015)

f) Titulação do Corpo docente

Quadro 9: Titulação do corpo docente do Curso

Nome	Formação	IES	Ano	Maior Titulação	IES	Ano
Adonias Soares da Silva Júnior	Graduação em Administração e Direito	FIAR	2006	Especialista	FCR	2014
Adriano Marcos Dantas da Silva	Graduação em Ciências Contábeis	FIAR	2004	Mestrado	FUCAPE	2012
Ariádne Joseane Felix Quintela	Licenciatura em História	UNIR	1995	Mestrado	UNIR	2013
Ana Claudia Dias Ribeiro	Graduação em Letras	UNIR	2000	Mestrado	UNIR	2015
Cristiano Polla Soares	Graduação em Direito	UNIRON	2008	Especialista	Faculdade de Macapá	2010
Denise Ton Tiussi	Graduação em Ciências Econômicas	UFPR	2010	Especialista	FACIMED	2011

Elisângela Lima de Carvalho Schuindt	Graduação em Letras/Inglês	UNIR	2002	Especialização	FIP	2012
Giselle Cavalcante Saldanha	Graduação em Ciências Biológicas	UNIR	2003	Doutora	UFRJ	2013
Hígor Cordeiro de Souza	Graduação em Administração	UNIR	2010	Mestrado	UNIR	2013
Jonimar da Silva Souza	Graduação em Licenciatura em Matemática	UNIR	2006	Mestrado	UNIR	2013
Josélia Fontenele Batista	Graduação em Geografia	UNIR	2003	Doutora	UNIR	2014
Juliana Braz da Costa	Sistemas de Informação	ULBRA	2005	Mestrado	UFPE	2014
Lady Day Pereira de Souza	Graduação em Administração	UNIR	2006	Mestrado	UNIR	2010
Marcilei Serafim Germano	Graduação em Licenciatura em Filosofia	FPJB	2005	Especialista	UNESC	2012
Mariela Mizota Tamada	Analista de Sistemas	Faculdade de Engenharia da Universidade de Buenos Aires	1992	Mestrado	UNIR	2009
Rafael Nink de Carvalho	Graduação em Matemática e Informática	UNIR	2003	Mestrado	UNIR	2013
Ronilson de Oliveira	Graduação em Administração de Empresas	UESB	1998	Especialista	UFLA	2000
Váldeson Amaro Lima	Graduação em Administração com Habilitação em Marketing	Faculdade Barão do Rio Branco	2010	Mestrado	UNIR	2015

Fonte: IFRO (2015)

O corpo docente do Curso de Graduação Superior de Tecnologia em Gestão Pública é composto por 18 professores, sendo 2 doutor(es) (11%), 10 mestres (56%) e 6 especialistas (33%).

Como se pode observar no item anterior, 60% dos docentes do Curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* conforme as exigências legais, destes 0% obtém o título de doutor.

g) Regime de Trabalho do Corpo Docente

Quadro 10: Regime de trabalho do corpo docente

Nome	Regime de Trabalho	Número de Horas
Adonias Soares da Silva Júnior	Dedicação Exclusiva	40 horas
Adriano Marcos Dantas da Silva	Dedicação Exclusiva	40 horas
Ariadne Joseane Felix Quintela	Dedicação Exclusiva	40 horas
Ana Claudia Dias Ribeiro	Dedicação Exclusiva	40 horas
Cristiano Polla Soares	Dedicação Exclusiva	40 horas
Denise Ton Tiussi	Dedicação Exclusiva	40 horas
Elisângela Lima de Carvalho Schuindt	Dedicação Exclusiva	40 horas

Giselle Cavalcante Saldanha	Dedicação Exclusiva	40 horas
Hígor Cordeiro de Souza	Dedicação Exclusiva	40 horas
Jonimar da Silva Souza	Dedicação Exclusiva	40 horas
Josélia Fontenele Batista	Dedicação Exclusiva	40 horas
Juliana Braz da Costa	Dedicação Exclusiva	40 horas
Lady Day Pereira de Souza	Dedicação Exclusiva	40 horas
Marcilei Serafim Germano	Dedicação Exclusiva	40 horas
Mariela Mizota Tamada	Dedicação Exclusiva	40 horas
Rafael Nink de Carvalho	Dedicação Exclusiva	40 horas
Ronilson de Oliveira	Dedicação Exclusiva	40 horas
Váldeson Amaro Lima	Dedicação Exclusiva	40 horas

Fonte: IFRO (2015)

O IFRO investe na composição de um corpo docente que possua, na sua totalidade professores com dedicação exclusiva, conforme pode ser observado no quadro acima, 100% dos professores do curso está com dedicação exclusiva, não possuindo docentes no curso que possuem contrato de trabalho em regime de tempo integral e 0% em regime de tempo parcial.

h) Experiência Profissional do Corpo Docente Fora da Docência

Quando mais experiente é o corpo docente, melhor será o desempenho do curso na formação do egresso. O IFRO, em cumprimento à sua missão e aos seus objetivos, prima pela formação de um quadro de docentes que sejam devidamente titulados em programas de pós-graduação *stricto sensu* e que tenham experiência no magistério, quer seja superior, quer seja na educação básica.

Quando possível, O IFRO investe na formação de seus professores incentivando-os a cursar pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*, e outros cursos de formação e especialização docente como os desenvolvido pelo Coordenação de Apoio ao Ensino.

Quadro 11: Experiência profissional dos professores fora da docência

Nome do Docente	Experiência profissional fora da docência
Adonias Soares da Silva Júnior	17 anos
Adriano Marcos Dantas da Silva	10 anos
Ariádne Joseane Felix Quintela	-
Ana Claudia Dias Ribeiro	1 ano
Cristiano Polla Soares	5 anos
Denise Ton Tiussi	2 anos e 5 meses
Elisangela Lima de Carvalho Schuindt	10 anos
Giselle Cavalcante Saldanha	3 anos
Hígor Cordeiro de Souza	-
Jonimar da Silva Souza	3 anos
Josélia Fontenele Batista	5 anos
Juliana Braz da Costa	-

Lady Day Pereira de Souza	7 anos
Marcilei Serafim Germano	
Mariela Mizota Tamada	15 anos
Rafael Nink de Carvalho	-
Ronilson de Oliveira	15 anos
Váldeson Amaro Lima	3 anos

Fonte: IFRO (2015)

i) Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica

No que se refere à experiência profissional, O IFRO, ao selecionar os professores para o seu, quadro, assume, nos termos dos editais de processos seletivos e concursos, como compromisso de priorizar a aquisição de profissionais com experiência no magistério, com especial destaque para aqueles com ampla experiência na educação básica. Assim sendo, no quadro abaixo, estão enumerados os professores que vão atuar no curso e sua respectiva experiência na Educação Básica, como professor, em anos.

Quadro 12: Experiência profissional dos professores na Educação Básica

Nome do Docente	Experiência profissional na Educação Básica
Adonias Soares da Silva Júnior	-
Adriano Marcos Dantas da Silva	-
Ariádne Joseane Felix Quintela	16 anos
Ana Cláudia Dias Ribeiro	18 anos
Cristiano Polla Soares	-
Denise Ton Tiussi	-
Elisângela Lima de Carvalho Schuindt	20 anos
Giselle Cavalcante Saldanha	-
Hígor Cordeiro de Souza	-
Jonimar da Silva Souza	5 anos
Josélia Fontenele Batista	5 anos
Juliana Braz da Costa	-
Lady Day Pereira de Souza	-
Marcilei Serafim Germano	-
Mariela Mizota Tamada	-
Rafael Nink de Carvalho	8 anos
Ronilson de Oliveira	-
Váldeson Amaro Lima	-

Fonte: IFRO (2015)

j) Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente

A experiência no magistério superior possibilita ao professor uma atuação segura, focada na aprendizagem dos alunos e integrada à proposta pedagógica do IFRO. A experiência profissional, fora do magistério, na área de formação, possibilita ao professor uma

abordagem mais prática dos conteúdos curriculares ministrados em sala de aula. Assim sendo, do IFRO busca formar seus quadros de professores dando preferência àqueles que, além do conhecimento teórico, tenha habilidades práticas adquiridas no exercício profissional. Abaixo, relacionamos os professores e sua respectiva experiência no magistério superior, em anos.

Quadro 13: Experiência profissional na Educação Superior

Nome do Docente	Experiência profissional na Educação Superior
Adonias Soares da Silva Júnior	2 anos
Adriano Marcos Dantas da Silva	11 anos
Ariádne Joseane Felix Quintela	3 anos
Ana Claudia Dias Ribeiro	1 ano
Cristiano Polla Soares	3 anos
Denise Ton Tiussi	5 anos
Elisangela Lima de Carvalho Schuindt	1 ano
Giselle Cavalcante Saldanha	5 anos
Hígor Cordeiro de Souza	1 ano
Jonimar da Silva Souza	5 anos
Josélia Fontenele Batista	6 anos
Juliana Braz da Costa	5 anos
Lady Day Pereira de Souza	5 anos
Marcilei Serafim Germano	1 ano
Mariela Mizota Tamada	5 anos
Rafael Nink de Carvalho	5 anos
Ronilson de Oliveira	2 anos e 6 meses
Váldeson Amaro Lima	2 anos

Fonte: IFRO (2015)

5.2 Colegiado

O Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é um órgão consultivo que poderá deliberar sobre assuntos relativos a ensino e aprendizagem no âmbito do curso. É composto pelos seguintes membros:

- I- Diretor de Ensino, como presidente;
- II- Coordenador do curso;
- III- Coordenador de apoio ao ensino;
- IV- Todos os professores em atividade no curso;
- V- Um aluno regular do curso, escolhido, dentre os líderes de turma interessados na representação, pelo critério da melhor nota no conjunto das disciplinas cumpridas

no período letivo anterior ao da escolha ou no último ano do curso de nível médio, quando a escolha for feita antes do final do primeiro período letivo do curso atual.

Suas competências estão previstas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO.

5.3 Núcleo Docente Estruturante

Conforme resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

O Núcleo Docente Estruturante deve ser integrado por professores responsáveis pela (re)formulação das propostas pedagógicas e que estejam efetivamente encarregados da implementação e desenvolvimento do curso no que concerne às atividades de docência, orientação de pesquisa, estágio e extensão, atualização do Projeto Pedagógico, entre outras. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto conforme as orientações da Resolução 1/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Os seus membros estão apresentados no quadro abaixo, com as respectivas titulações.

Quadro 14: Núcleo Docente Estruturante

N ^o	Nome	Formação	Maior Titulação	Área	CH	RT
1	Anabela Aparecida Silva Barbosa	Pedagogia/Direito	Especialista	Psicopedagogia e Gestão Escolar; Metodologia do Ensino Superior	40	DE
2	Ariadne Josene Félix Quintelha	História	Mestrado	Educação	40	DE
3	Lady Day Pereira de Souza	Administração	Mestrado	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	40	DE
4	Jonimar da Silva Souza	Matemática	Mestrado	Administração	40	DE
5	Rafael Nink de Carvalho	Matemática	Mestrado	Matemática	40	DE

Fonte: IFRO (2015)

6. SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O curso contará com o apoio de setores de apoio pedagógico e técnico-administrativo, comuns a todos os cursos do IFRO, mas com serviços especializados para o atendimento às demandas específicas da área de formação.

6.1 Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação Apoio de Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos, Coordenação de Biblioteca.

6.2 Coordenação de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividades de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnico em assuntos educacionais, atua junto ao ensino técnico nas modalidades ofertadas, para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e à Coordenação de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos. Tem ainda como serviços específicos:

- **Serviço social:** prestará assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, que envolvem: construção do perfil socioeconômico dos que ingressam no IFRO; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolva, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar;
- **Serviço de psicologia:** atenderá aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.

6.3 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Os alunos que se encontrarem com alguma desigualdade social que implique em uma dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais — NAPNE.

O Núcleo atenderá alunos com necessidades educacionais específicas, segundo orientações do seu Regulamento, aprovado pelo do Conselho Superior do IFRO.

Ele tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais específicas ao mundo do trabalho, por meio do preparo e qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania.

6.4 Coordenação de Registros Acadêmicos

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de diplomas.

6.5 Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

6.6 Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*. Participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade; Coordenação de Formação Inicial e Continuada.

6.7 Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade

Cumprir as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, etc.; desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente; constrói banco de dados de formandos e egressos; faz as diligências para excursões e visitas técnicas, dentre outras funções.

6.8 Coordenação de Formação Inicial e Continuada

Articula a elaboração, acompanha a execução e avalia projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, dentre outras atividades inerentes ao departamento de extensão.

Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da Instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Coordenação de Pesquisa e Inovação

Trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

7. DAS POLÍTICAS ESPECIAIS DO IFRO

7.1 Das Políticas de Educação em Direitos Humanos

Em 1948, a Organização das Nações Unidas editou e apresentou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos a fim de garantir que todos os seres humanos pudessem “invocar os direitos e as liberdades proclamados [...], sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.”

A partir de então, foi desencadeado um processo de mudança no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais em todo o planeta. Diversos outros instrumentos, cartas, tratados, pactos foram criados a fim de dar garantia e de ampliar as já existentes nos diversos países em redor do mundo.

No Brasil, os direitos humanos estão garantidos na Constituição Federal (1988). Além de receber a legislação e os tratados internacionais sobre direitos humanos, no caput do artigo 5º da CF (1988) está escrito que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

A legislação brasileira é perfeita no que se refere ao oferecimento de garantias individuais e coletivas; no entanto, a prática não imita a teoria, visto que as denominadas minorias sociais vivem marginalizadas em face de uma exclusão que, a cada dia, torna-se mais e mais evidente.

Visando minorar os diversos atentados contra os direitos individuais e coletivos e alavancar políticas que avancem rumo a um futuro de igualdade e de respeito à dignidade da pessoa humana, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Ministério da Educação; o Ministério da Justiça e a UNESCO, por meio do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituíram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) com os objetivos gerais de:

- a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito;
- b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;
- c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas;
- d) contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos;
- e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos;
- f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);
- g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos;
- h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos;

- i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos;
- j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos;
- k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos;
- l) balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios;
- m) incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das políticas de ensino para o ensino técnico de nível médio e de graduação faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012 e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que o tema vem se tornando, a cada dia, mais e mais frequente nas discussões dos comitês, conselhos e comissões constituídas para pensar o futuro do IFRO.

Dentro da matriz curricular, além da transdisciplinaridade do tema, o NDE propôs a inclusão da disciplina Multiculturalismo e Direitos Humanos, em que busca trabalhar as diferenças e diversidades sociocultural, aspectos culturais e educação afrodescendente, indígena e as políticas de ação afirmativa. Dessa forma, os direitos humanos já figuram transdisciplinar entre as disciplinas obrigatórias, bem como disciplina optativas, ampliando as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social.

7.2 Das Políticas de Educação Inclusiva

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, são chamados de grupos de minorias. Segundo Santos e Paulino (2008, p. 70):

historicamente, a dialética exclusiva/inclusiva vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época. Desta maneira, pode-se constatar a formação de diversos grupos de excluídos que se modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação, buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidos nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascaradas.

Procurando se adequar à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais, vem desenvolvendo políticas denominadas de inclusivas para atender as camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais, a fim de nivelá-las aos demais membros da sociedade. Assim sendo, como está preconizado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014):

Todas as obras recentes realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade. Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas. Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº30/2011, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNES, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação.

Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional. A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD – tem como meta para o ano de 2015, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico do IFRO (PDF), que passará a oferecer documentalmente, de maneira mais detalhada, as especificidades técnicas de construção para atendimento ao disposto, atendendo as necessidades de cada *campus*, em consonância com os objetivos institucionais e a legislação vigente. Em complemento a essa ação, a reitoria tem como meta a elaboração do Plano de Acessibilidade e Atendimento Prioritário do IFRO, que, como o nome sugere, passará a servir como referência documental da instituição para essa finalidade, contemplando os estudos já realizados pelo NAPNE, bem como do PDF, a ser desenvolvido pela PROPLAD.

O ensino e a aprendizagem têm interessado, sobremaneira, pesquisadores, professores, gestores e também às famílias, especialmente, no que concerne a educação especial inclusiva. No âmbito do Instituto Federal de Educação de Rondônia, isso não é diferente. Apesar de sua jovialidade, o IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus *campi* têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica, tecnológica e superior, provendo assim “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art 3º, inc.

IV), pautando sempre pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos. (Constituição Federal, 1988).

ONDE compreendendo que os futuros gestores terão que lidar com pessoas em suas diversidades e habilidades e atendendo as normas em vigor, foram propostos dentro da matriz curricular do curso, disciplinas voltadas ao atendimento das diversas necessidades. Compreendendo que todo e qualquer profissional terá que lidar, em algum momento de sua vida, respeitosamente, com as pessoas surdas, o IFRO propõe oferecer Língua Brasileira de Sinais como disciplina optativa no curso Tecnólogo em Gestão Pública.

Dentro das políticas de educação inclusiva, o NDE propôs a modificação da matriz curricular com a inserção de disciplinas optativas que visem o trabalho da inclusão digital e social e das novas tecnologias aos futuros gestores públicos. Além da transdisciplinaridade dos temas, a sua inclusão como disciplina na grade do curso reforça a preocupação do IFRO com a formação dos futuros profissionais, capacitando-os na implementação da proposta de inclusiva social e da dinâmica da inclusão no cotidiano da sociedade, na gestão do conhecimento e de inovações tecnológicas para as organizações e para a pessoa humana.

7.3 Das Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais

O *Campus* Porto Velho Zona Norte norteia-se pelo que preconiza a Lei Federal Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 e demais legislações para definir suas políticas de atendimento às condições de acessibilidade. Com fulcro na lei, são estabelecidas normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

O *campus* está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos.

Os atendimentos obedecerão ao disposto no Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFRO.

7.4 Da Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Com fundamento no disposto na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o IFRO, por intermédio do seu Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), a fim de prestar a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

7.5 Da Política de Educação Ambiental

A política de Educação Ambiental no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente.

Além do oferecimento de disciplinas que tratam do tema e dos conteúdos, oferecidos de modo transversal, nas demais disciplinas de formação geral, será estimulada a implantação de projetos e de programas relacionados ao tema a fim de consolidar uma política ambiental que seja capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável da terra, das matas, do ar, das águas e de tudo o que se deriva deles.

De igual modo, serão estabelecidas parcerias com órgãos ambientais de natureza pública e privada para o desenvolvimento de políticas de preservação e conservação de rios, florestas e de outros ambientes naturais na região de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Como norte para a sua política de educação ambiental interna, o IFRO servirá de tudo o quanto está preconizado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e evoca em especial as cinco diretrizes:

- a) Transversalidade e Interdisciplinaridade.
- b) Descentralização Espacial e Institucional.
- c) Sustentabilidade Socioambiental.
- d) Democracia e Participação Social.
- e) Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

8. INFRAESTRUTURA

O *campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem

equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

Para atender, de forma adequada, as necessidades acadêmicas, foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle. A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local. Todos os ambientes são climatizados por ar condicionados tipo *Split*, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas. A instalação hidrossanitária atende as normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança.

Para melhor detalhar a estrutura física e acadêmica do *campus*, a seguir, será apresentado um quadro contendo as repartições e dependências que são utilizadas por professores e alunos no exercício das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e na realização de outras atividades que sejam complementares ao processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

8.1 Infraestrutura Física e Recursos Materiais

A infraestrutura física compreende laboratórios, unidades produtivas, salas de aula, auditório e diversos outros espaços formadores, nos quais são utilizados recursos materiais atualizados e adequados à formação específica. Os investimentos em recursos de hipermídia, por exemplo, têm favorecido à melhoria das expectativas quanto à aplicação dos planos de ensino.

a) Distribuição do Espaço Físico

A estrutura física do *Campus* Porto Velho Zona Norte está organizada conforme quadro abaixo:

Quadro 15: Estrutura física básica do *Campus* Porto Velho Zona Norte

Dependências	Quantidade	Total em m ²
Salas de Aula	11	643,69
Salas de Aula EaD	2	108,32
Escritório Modelo/Salas de idiomas	1	53,91
Biblioteca	1	107,10
Reprografia	1	17,50
Sala de Professores	2	140,00
Laboratório de Informática	3	161,73
Secretaria	1	70,39

Sala de Direção	1	23,45
Sala da Chefia de Gabinete	1	21,75
Recepção da Diretoria	1	19,02
Departamento de Comunicação	1	40,60
Sala de Coordenação de Gestão de Pessoas	1	35,00
Sala de Coordenação de Gestão de Tecnológica da Informação	1	35,00
Departamento de Planejamento e Administração	1	70,00
Auditório	1	211,92
Cantina	1	25,62
Banheiros Masculinos	4	86,00
Banheiros Femininos	4	86,00
Dependências	Quantidade	Total em m²
Sala de Coordenação de Curso	1	4,70
Departamento de Pesquisa (Núcleo de pesquisa) e Pós-Graduação	1	54,16
Departamento de Extensão	1	54,16
Diretoria de Ensino	1	52,50
Departamento de Apoio ao Educando	1	53,55
Setor pedagógico (psicólogo, orientador, pedagogo, etc)	1	90,54
Sala de serviços terceirizados	1	44,74
Sala de tutoria	1	84,60
Departamento de EaD	1	35,00
Estúdio	2	107
Sala de edição	1	35,00
Auditório Estúdio	1	133,46
Quadra Poliesportiva	1	1409,19
Total	53	4.115,60

Fonte: IFRO (2015)

b) Recursos Materiais

As salas de aula estão estruturadas em, aproximadamente, 53,91 m²; quarenta e quatro carteiras escolares; uma mesa orgânica com duas gavetas; uma poltrona giratória com braços, um quadro branco, todas equipadas com *data show* e um computador com acesso a *internet* e saídas e entradas para *kit* multimídia. Apresenta condições técnicas adequadas para a realização das aulas, com boa iluminação, refrigeração e baixo nível de ruído.

Quadro 16: Recursos de hipermissão para uso dos docentes e discentes

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	<i>Data show</i> (7 com som embutido)	Unidade	15
2	Computadores PC	Unidade	100
3	<i>Notebook</i>	Unidade	4
5	Aparelho de DVD	Unidade	2
7	Caixas de som	Unidade	1
8	Aparelho de som	Unidade	1
9	Microfones	Unidade	3
10	Máquina fotográfica digital	Unidade	1
11	TV's	Unidade	5

Fonte: IFRO (2015)

Além dos recursos de hipermídia, o *campus* disponibilizará referenciais de consulta e outros subsídios para a realização das atividades de ensino e aprendizagem.

8.2 Infraestrutura de Informática

O *campus* conta com 3 laboratórios de informática, equipados por 20 computadores cada um. O *software* instalado é o *Microsoft Office*[®] e outros, licenciados, a pedido dos professores. Está prevista a instalação de *softwares* específicos, a critério das necessidades das disciplinas.

Quadro 9. Especificações dos laboratórios de informática

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA			
Área (m ²)		m ² por estação	
161,73		1,42	
<i>Softwares</i>			
Item	Especificações		
1	Microsoft Office		
1	Windows 7 Professional 64 bits		
<i>Hardwares</i>			
Item	Especificações	Unidade	Quantidade
1	Computador (para estudante)	Unidade	75
2	Computador (para professor e pessoal administrativo)	Unidade	3

Fonte: *Campus* Porto Velho Zona Norte/IFRO (2015)

a) Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção dos Equipamentos

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do *campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo, tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

8.3 Biblioteca

a) Espaço Físico da Biblioteca

A biblioteca atenderá às necessidades do curso, com cabines para estudos individuais, área para consulta *online* no sistema, além de um amplo salão de estudos.

As ementas, em anexo, trazem listas de bibliografias básicas e complementares que estarão presentes na Biblioteca do *campus*. Haverá ainda vários outros materiais, citados ou não, voltados para a área, nas mais diversas mídias, como CDs, DVDs, arquivos virtuais e outros. Os referenciais mais importantes encontram-se descritos nos planos de disciplina em apêndice, aos quais serão somados outros.

A Biblioteca funcionará com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso aos acervos. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo de 7 (sete) dias para docentes, discentes e técnico-administrativos, além de manter pelo menos 1 (um) exemplar para consultas na própria Instituição. O acervo está dividido por assuntos, facilitando, assim, a procura por títulos com conteúdos semelhantes. Possuirá exemplares de livros e periódicos que contemplem todas as áreas de abrangência do curso.

b) Serviços Oferecidos na Biblioteca

Na biblioteca é oferecido apoio bibliográfico ao desenvolvimento das atividades estudantis, como empréstimo de livros, manuais e revistas. Até a implementação do curso, o serviço oferecido contará também com consulta *online* ao sistema de biblioteca, acesso a bases de dados, periódicos e portais educacionais, conforme as Normativas Internas.

c) Horário de Funcionamento da Biblioteca

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, do período matutino ao noturno, e seu horário de funcionamento será divulgado posteriormente, incluindo-se os intervalos de fechamento para troca de funcionários. O espaço é aberto à comunidade em geral, mas os empréstimos são permitidos somente aos alunos e servidores do *campus*.

d) Mecanismo e Periodicidade de Renovação do Acervo

A cada dois anos o acervo será analisado, de acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções. Será atualizado sempre que necessário, assegurando um crescimento consciente e consistente da coleção. A Política envolve regras para a seleção positiva (incorporação de novos itens ao acervo) e a seleção negativa (retirada de itens que estão desatualizados, que não são mais pertinentes à Instituição).

8.4 Área de Convivência e Espaços para Eventos

O IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte conta com áreas de convivência, amplos saguões e mezaninos que servem para o lazer, descanso e também para as relações interpessoais de alunos e professores.

Nesses espaços de convivência amplos, arejados e confortáveis são contemplados os serviços de alimentação, lazer, reprografia e outros. Esses mesmos espaços atendem às necessidades para realização de pequenos, médios e grandes eventos, além de contar ainda com: auditórios, sala de conferências, estúdios de TV, quadra poliesportivas entre outros espaços.

9. EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. Mas devem ser considerados ainda todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, sejam determinados como parâmetros para as atividades nas instituições públicas de ensino da rede federal.

9.1 Documentos da Legislação Nacional

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei nº 10.098/2000: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades específicas;
- c) Lei nº 11.788/2008: dispõe sobre o estágio;
- d) Lei nº 11.892/08: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- e) Lei nº 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- f) Lei nº 12.711/12: trata do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;
- g) Parecer 436/2001/CNE: subsidia a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores de Tecnologia.
- h) Resolução CNE/CP nº 3/2002: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia.

9.2 Normativas Internas

- a) Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação (ROA);
- b) Instrução Normativa 1/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: trata do ingresso dos alunos de outras instituições por meio de apresentação de transferência;
- c) Instrução Normativa 3/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: da antecipação de disciplinas da matriz curricular do curso;
- d) Instrução Normativa 4/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do aproveitamento de estudos;
- e) Instrução Normativa 5/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do ingresso para portadores de diploma;
- f) Instrução Normativa 6/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do excedente de vagas;
- g) Instrução Normativa 7/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do acompanhamento pedagógico de estágios;
- h) Instrução Normativa 8/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: das atividades acadêmicas complementares;
- i) Regulamento do Estágio nos Cursos de Graduação;
- j) Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) nos Cursos de Graduação.
- k) Resolução nº 30/2001 CONSUP/IFRO: Regulamento dos Núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs) do IFRO

Outras normativas internas e legislações nacionais, embora não listadas acima, deverão ser respeitadas na oferta do curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 436/2001**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orientação Normativa 7/2008**. Disponível em http://www.pgfn.fazenda.gov.br/programa-de-estagio/orientacao_normativa_07_republicacao_2.pdf_____.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.154** de 23 de Julho de 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm.

IFRO. **Relatório PAER**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Pesquisa de Atividade Econômica Regional para a Instalação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, 2012.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da administração pública. Florianópolis: Departamento de ciências da administração/UFSC: CAPES: UAB, 2010.

MARQUES, Mario Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: UNIJUÍ, 1992.

MTE/RAIS. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. **Evolução do Emprego Formal**. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/rais_anual/rais-2012.htm>. Plano

NEWCOMER, Kathryn E. **A preparação dos gerentes públicos para o século XXI**. In: Revista do serviço público, Brasília, v. 50, n. 2, p. 5-18, abr./jun. 1999.

SEPOG. 2013. Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatório de Atividades Desenvolvidas, Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2013**.

APÊNDICE 1: PLANOS DE DISCIPLINA

PRIMEIRO PERÍODO

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Fundamentos das Ciências Sociais			Código	FCS
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
<p>Conceitos básicos da sociologia. Iniciação ao pensamento social (Durkheim, Weber e Marx). Características fundamentais da modernidade, racionalidade científica e sociedade industrial. O pensamento social contemporâneo. Vida e obra de Darcy Ribeiro: o trabalho escravo de negros e indígenas no Brasil. Aspectos culturais e educação afrodescendente no Brasil: história, movimentos sociais, colonialismo. A cultura indígena no Brasil: aspectos culturais e educação indígena. Análise das relações sociais e raciais no Brasil.</p>					
Referências básicas					
<p>MARX, Karl. O Capital. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2008. MEKSENAS, Paulo. Sociologia. São Paulo: Editora Cortez, 2010. OLIVEIRA, Silvio Luiz. Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro (Edição de bolso). São Paulo: Companhia das Letras, 2006</p>					
Referências complementares					
<p>ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: LTC, 2010. IANNI, Octávio (Org.). Sociologia e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975. KONDER, Leandro. O que é dialética. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1978. OUTHWAITE, William [et.all] (eds.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.</p>					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Metodologia da Pesquisa Científica			Código	MPC
Carga horária Semestral	60	Carga Semanal	horária	3	
Ementa					
<p>O papel da ciência. Tipos de conhecimento. Método e técnica. O processo de leitura. Citações bibliográficas. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. O projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Normas da ABNT (Citações, Referências Bibliográficas, Apresentação Gráfica).</p>					
Referências básicas					
<p>CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A; SILVA, Roberto. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2007. CHIZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013. GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013 SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007 VERGARA, Sylvia C. Métodos de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>					
Referências complementares					
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação - referências - apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2002a. _____. NBR 10520: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2002b. _____.NBR 14724: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. _____.NBR 15287: Projeto de pesquisa - apresentação. 3 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.</p>					

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Teoria das Organizações			Código	TO
Carga horária Semestral	80	Carga Semanal	horária	4	
Ementa					
Fundamentos básicos da Administração. Evolução histórica da Administração. Abordagem Clássica. Administração científica. Teoria Comportamentalista. Teoria Estruturalista. Teoria do Desenvolvimento Organizacional. Teoria Contingencial. Estrutura Organizacional. Liderança. Comunicação. Escola das Relações Humanas. Teoria Neoclássica da Administração. Teoria Burocrática. Teoria da Racionalidade. Teoria comportamental. Tomada de Decisão. Abordagem Sistêmica. Teoria Contingencial. Teoria Sociotécnica. Teoria Organizacional. Cultura e Clima Organizacionais; Poder, influência e autoridade nas Organizações. Diferenças entre público e o privado. Teoria crítica nas organizações. Controle Organizacional.					
Referências básicas					
DE ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; AMBONI, Nério. Fundamentos de Administração: Para cursos de Gestão . 2011.					
CHIAVENATO, I. Introdução a Teoria Geral da Administração . 8. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2011.					
Referências complementares					
BILHIM, João. Teoria Organizacional: estruturas e pessoas . 6. ed. Lisboa: ISCSP, 2008.					
FARIA, José Henrique de. Análise crítica das teorias e práticas organizacionais . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.					
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração: manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais . São Paulo: Atlas, 2007.					
MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração . 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.					
MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria das Organizações . 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.					
RICCIO, Vicente. Administração Geral . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Comunicação e Linguagem			Código	CL
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
Tópicos Gramaticais: Linguagem e comunicação. O que é texto. Gêneros e tipologias textuais. Sequências tipológicas. Funções da linguagem. Convenções ortográficas. Pontuação. Concordância. Regência. Interpretação de textos: Competências necessárias à leitura e à produção de textos: competência linguística, enciclopédica e comunicativa.					
Referências básicas					
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa . 48. ed. São Paulo: Nacional, 2009.					
FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. Como Ler, Entender e Redigir um Texto . 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.					

<p>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008.</p> <p>JESUS, Sérgio Nunes de; BARBOSA, Ingrid Leticia Menezes; SILVA, Albertina Neta Pereira da. Português Instrumental. Curitiba-UFMT, 2013. – REDE E-TEC – IFRO.</p> <p>KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A Coerência Textual. São Paulo: Contexto, 2012.</p>
Referências complementares
<p>INFANTE, Ulisses. Do Texto ao Texto: Curso prático de leitura e redação. São Paulo: Scipione, 2002.</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúcia Scliar. Português Instrumental: De acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>_____. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>SACONNI, A. C. Nossa gramática: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>

EMENTA DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Informática Aplicada	Código	INFA
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2
Ementa			
Aspectos introdutórios de sistemas computacionais, sistemas operacionais e internet. Editores de texto, planilha eletrônica e apresentação. Ambiente de rede e Internet: conceitos; browsers; protocolos e serviços; sites de busca. Ergonomia. O uso das Tecnologias de Informação e comunicação (TICs) na Gestão Pública.			
Referências básicas			
<p>BENINI FILHO, Pio Armando; MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações. 3. Ed. São Paulo: Editora Erica, 2010.</p> <p>MEIRELLES, Fernando Souza. Informática: Novas Aplicações com Microcomputadores. 2. ed. Editora Makron Books, 2004.</p> <p>VELLOSO, Fernando de Castro. Informática – Conceitos Básicos. 8 ed. Ed. Campus, 2011.</p>			
Referências complementares			
<p>CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução a Informática. 8 ed. Pearson Education, 2004.</p> <p>NORTON, Peter. Introdução à Informática. Ed. Pearson, 2008.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de Sistemas de informação e informática: Guia Prático para Planejar a Tecnologia da Informação Integrada ao Planejamento Estratégico das Organizações. 4ª.ed. Ed. Atlas, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, Silvio Luiz. Informática. Pioneira Thomson Learning, 2002.</p> <p>MEIRELLES, Fernando S. Informática: Novas Aplicações com Microcomputadores. 2 ed. Editora Makron Books, 2004.</p> <p>PACHECO, Gustavo Buzzati. Introdução à Informática Básica com Software Livre. São Paulo: Editora Erica, 2006.</p> <p>SOUSA, Maria José; SOUSA, Sérgio. Microsoft Office 2010 - Para Todos Nós. Editora Lidel, 2011.</p> <p>SILVA, Mario Gomes da. Informática - Terminologia Básica. Editora Erica, 2007.</p>			

EMENTA DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Matemática Básica e Aplicada	Código	MBA
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3
Ementa			
Conjuntos. Os inteiros racionais e reais: operações polinômios e expressões algébricas. Equações e inequações de primeiro e segundo grau. Sistemas de equações. Progressões aritméticas e geométricas. Exponencial e logaritmo. Funções e gráficos. Aplicações.			
Referências básicas			
IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos e funções , Volume			

<p>1, 9. Ed., São Paulo: Atual, 2013. AYRES JUNIOR, F.; SCHMIDT P. A. Teorias e problemas de Matemática para Ensino Superior. 3. ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2006. MUROLO, Afrânio; BONETTO, Giacomo. Matemática aplicada à administração, economia e contabilidade. 2. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2013. SILVA, Sebastião Medeiros. Matemática para Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.</p>
Referências complementares
<p>DANTE, Luiz Roberto. Contexto & Aplicações: ensino médio: volume único. São Paulo: Editora Ática, 2001. GIOVANNI, José Ruy. BONJORNO, José Roberto. Matemática 1: Conjuntos, funções, trigonometria: ensino médio – São Paulo: FTD, 2011. MARQUES, J.M.; Matemática aplicada para cursos de administração, economia e ciências contábeis. 1ª Ed. Editora: Juruá, 2010</p>

EMENTA DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Introdução a Contabilidade	Código	IC
Carga horária Semestral		Carga horária Semanal	
Ementa			
Conceitos contábeis básicos. Campos de atuação da contabilidade. Estrutura Patrimonial. Dinâmica patrimonial. Processos e procedimentos contábeis. Demonstrações contábeis. Índices utilizados nos processos licitatórios.			
Referências básicas			
BORINELLI, Mário Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e Outros Profissionais . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. IUDICIBUS, Sergio de. MARION, José Carlos. Curso de Contabilidade para não Contadores : para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia (Livro-Texto). 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MARION, José Carlos. Contabilidade básica . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, Moacir Lima e. Contabilidade Geral . 1. ed. São Paulo: Editora Érica, 2010.			
Referências complementares			
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso Básico de Contabilidade : Introdução à Metodologia da Contabilidade e Contabilidade Básica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ATHAR, Raimundo Aben. Introdução à contabilidade . São Paulo: Pearson, 2008. COELHO, Claudio Ulysses F.; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; LINS, Luiz dos Santos. Fundamentos de Contabilidade . São Paulo: Cengage Learning, 2007. FIPECAFI. Manual de Contabilidade Societária : aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. PADOVEZE, Clovis Luis. Manual de Contabilidade Básica : contabilidade Introdutória e Intermediária - texto e Exercícios. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SILVA, César Augusto Tibúrcio. TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade Básica . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. WARREN, Carl S; [et al]. Fundamentos de Contabilidade : princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2010.			

EMENTA DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Introdução à Economia	Código	IE
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2
Ementa			
Conceituação básica. Evolução do Pensamento Econômico. Funcionamento de mercado. Estrutura de mercado. Agregados Econômicos. Política Econômica. Mercado monetário. Sistema financeiro nacional. Setor externo. Setor público. Economia brasileira contemporânea.			
Referências básicas			
FOSCHETE, M. Manual de Economia . 3ª ed. Brasília: Vest-Con, 1995. GREMAUD, Amaury Patrick et al. Introdução à economia . São Paulo: Atlas, 2007.			

MOCHÓN, Francisco Morcillo. **Princípios da economia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
 RIZZIERI, J. A. B. **Introdução à Economia**. In: Manual de Economia. Equipe de Profs. da USP. 3ª ed. SP: Saraiva, 1998.
 ROSSETTI, José Pascoal. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 SOUZA, Nali de Jesus. **Economia Básica**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências complementares

GALA, Paulo. **Perspectivas macroeconômicas**: para entender a economia hoje. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
 GONÇALVES, Antonio Carlos Pôrto; [et al]. **Economia aplicada**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
 LANZANA, Antônio Evaristo. **Economia Brasileira**: Fundamentos e Atualidade. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 MATESCO, Virene Roxo. [et al]. **Economia aplicada**: empresas e negócios. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
 MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia**: fundamentos e aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
 SANTOS, F. R. **Fundamentos de Economia**. MT: rede e-Tec Brasil/IFRO/UFMT, 2013.
 SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea**: de Getúlio a Lula. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEGUNDO PERÍODO

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Direito Constitucional		Código	DC
Carga horária Semestral	80	Carga horária Semanal	4	
Ementa				
Constituição Federal. Elementos de Teoria da Constituição. Fontes do Direito Constitucional. Princípios Fundamentais. Dos direitos e das garantias fundamentais. Direitos Humanos, igualdade, diversidade e responsabilidade. Da nacionalidade. Dos direitos políticos. Poder Constituinte. Espécies Normativas. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Formas de Estado e federação. Competências Constitucionais. Tripartição dos Poderes. Estrutura e competências dos Poderes. Funções Essenciais da Justiça. Da defesa do Estado e das instituições democráticas. Controle de constitucionalidade das leis. Constituições Brasileiras.				
Referências básicas				
BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa . São Paulo: Malheiros, 2004. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático . São Paulo: Saraiva, 2010. MORAES, Alexandre. Direito Constitucional . São Paulo: Atlas, 2009. TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional . São Paulo: Saraiva, 2009.				
Referências complementares				
ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional – Ed. Saraiva, 2009. BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais : o princípio da dignidade da pessoa humana. Ed. Renovar, 2008. CANOTILHO, J. J. Gomes. Curso de Direito Constitucional . 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. LASSALE, Ferdinand. Que é uma constituição? São Paulo: Kairós, 1985. MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional . São Paulo: Saraiva, 2008. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 29. Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.				

EMENTA DA DISCIPLINA

Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Sistema de Informação Gerencial		Código	SIG
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2	

Ementa
Introdução aos Sistemas de Informação. Tipos de sistemas de informação na Administração Pública. Implementação e estruturação dos sistemas de informação. Tecnologia da Informação no Setor Público. Utilização estratégica dos Sistemas de informação. O Gestor Público e as tomadas de decisões.
Referências básicas
BIO, Sérgio Rodrigues. Sistemas de Informação : Um enfoque gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. FIEL FILHO, Alécio; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Organizadores). Gestão Pública : Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos : Uma Abordagem Gerencial. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011. OLIVEIRA, Otávio J. Gestão Empresarial : Sistemas e Ferramentas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
Referências complementares
BEAL, Adriana Gestão estratégica da informação : Como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004. HOFFMAN, Andreas Roberto. PLANTULLO, Vicente Lentini. Sistemas de Informação : Fundamentos. 1. ed. Curitiba: Jurua Editora, 2012. MATTOS, Antônio Carlos. Sistemas da informação : uma visão executiva. São Paulo: Saraiva, 2005. PALMISANO, Angela; ROSINI, Alessandro Marco. Administração de Sistemas de Informação : e a Gestão do Conhecimento. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline Franca de. Tecnologia da Informação : Aplicada a Sistemas de informação empresariais. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011. RIBEIRO, Arídio Silva Araújo; RODRIGUES, Luiz. Sistemas de Informação na Administração Pública . Rio de Janeiro: Revan, 2004.

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Procedimentos Administrativos na Gestão Pública			Código	PAGP
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3		
Ementa					
Sistemas administrativos: introdução, evolução histórica, aspectos básicos. Estrutura organizacional: estrutura formal e estrutura informal, tipos de estrutura, componentes, condicionantes níveis de influência e níveis de abrangência das estruturas organizacionais, departamentalização, delegação, centralização e descentralização. Conceito de qualidade total, modelos, ferramentas de gestão da qualidade. Princípios de estudo do arranjo físico, etapas de um projeto de arranjo físico, objetivos do arranjo físico. Arranjo administrativo: introdução, ferramentas, elaboração, tipos. Técnicas de levantamento de dados, acompanhamento, avaliação e atualização de dados.					
Referências básicas					
ARAUJO, Luís César G. de . Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional : Arquitetura Organizacional, <i>Benchmarking, Empowerment</i> , Gestão pela qualidade Total, Reengenharia – v.1. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011. CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da Rotina do Trabalho do dia a dia . 8. ed. Belo Horizonte: INDG Tecnologia e Serviços LTDA, 2011. CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação a Sistemas, Organização e Métodos SO&M . 1. ed. São Paulo: Manole, 2010. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização & Métodos – Uma Abordagem Gerencial. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2006. SIMCSIK, Tibor, Organização, Sistemas e Métodos ; São Paulo: Futura, 2001.					
Referências complementares					
ALECIAN, Serge; FOUCHER, Dominique, Guia de Gerenciamento no Setor Público . Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001. ARAUJO, Luis Cesar G. de Garcia, Adriana Amadeu. Teoria Geral da Administração : Orientação para escolha de um Caminho Profissional. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade Total em Serviços : Conceitos, exercícios, casos práticos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. OLIVEIRA, Jayr Figueredo de. Sistemas de Informações versus Tecnologia da Informação : Um impasse empresarial 1.ed. São Paulo: Erica, 2004.					

SANTOS, Rubens da Costa. **Manual de Gestão Empresarial: Conceitos e aplicações nas empresas brasileiras**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
 TAKESHY, Tachizawa. **Organizações não Governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e Estratégia de Atuação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Comportamento Organizacional			Código	CO
Carga horária Semestral	60	Carga Semanal	horária	3	
Ementa					
Introdução ao enfoque comportamental nas teorias das organizações. Comportamento individual. Comportamento do indivíduo em grupo. Interações sociais na organização e cognições decorrentes: valores, percepção, atitudes, personalidade, motivação e aprendizagem. Poder, conflito e negociação. Tomada de decisão, delegação. Habilidades gerenciais e liderança. Trabalho em equipe. Cultura e clima organizacional. Tópicos sobre mudanças nas organizações.					
Referências básicas					
JUDGE, Timothy A. ROBBINS, Stephen Paul, SOBRAL, Filipe. Comportamento Organizacional . 14. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011. MENDONÇA, Márcia Da Costa Furtado de; NOVO, Damáris Vieira; CARVALHO, Rosângela de. Gestão e liderança . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. VECCHIO, Robert P. GALMAN, Roberto. LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Comportamento Organizacional: conceitos básicos . São Paulo: Cengage Learning, 2009.					
Referências complementares					
BERGUER, Sandro Trescastro. Comportamento Organizacional . PNAP. 2010. COHEN, Allan R. FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional, Conceitos e Estudos de Casos . Rio de Janeiro, 2003. RIBEIRO, João. Comportamento Organizacional . Edu Web. 2008.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Ética na Gestão Pública			Código	EGP
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
Ética e moral. Objeto e objetivos da ética. Acepções de público e privado. Estudo da vida moral e da ética referidas à iniludível dimensão moral do trabalho, no contexto das relações políticas. A Ética no Mercado de Trabalho na Era da Competitividade Total. Códigos de ética no serviço público. Debates orientados sobre ética na administração pública. O comportamento ético e a atuação profissional do funcionalismo público. Transparência Pública e combate à corrupção.					
Referências básicas					
BENNETT, Carole. Ética Profissional: Série Profissional . São Paulo: Cengage Learning, 2008. MOTTA, Sylvio; FREIRE, Elias. Ética na Administração Pública: Teoria e 630 questões . Série Prova e Concurso. 4. ed. São Paulo: Campus, 2010. SÁ, Antonio Lopes. Ética Profissional . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SROUR, Robert Henry. Poder, cultura e ética nas organizações . 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.					
Referências complementares					
AGOSTINHO, Santo. O Livre Arbítrio . São Paulo: Paulus, 1999. CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à filosofia . 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. LYONS, David. As Regras Morais e a ética . Campinas: Papirus, 1998. SINGER, Peter. Vida Ética . Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. TUGENDHART, Ernst. Lições Sobre Ética . Petrópolis: Vozes, 2000 VALLS, Álvaro L. M. O que é ética. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Matemática Financeira			Código	MF
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2		
Ementa					
Contexto das finanças e a matemática: inflação, risco, incerteza, utilidade e oportunidade. Noções básicas e elementares da matemática: proporcionalidade e porcentagem. Juros, capitalizações, descontos (simples e compostos) e aplicações financeiras; taxas; séries de pagamentos e sistemas de amortização.					
Referências básicas					
CRESPO, Antonio Arnot. Matemática Financeira Fácil . 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. DUTRA, José Vieira S. Matemática Financeira . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. LAPPONI, Juan Carlos. Matemática financeira usando Excel . São Paulo: Laponi Treinamento e Editora, 2002. MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira: Com + de 600 exercícios resolvidos e propostos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013. VERAS, Lilia Ladeira. Matemática Financeira . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
Referências complementares					
BODIE, Zvi.; MERTON, Robert. Finanças . 1. ed. Porto Alegre : Bookman, 2002. BRANCO, Anísio Costa Castelo. Matemática financeira aplicada . São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. GITMAN, Lawrence. Princípios de Administração Financeira . 2. ed. Porto Alegre : Bookman, 2001. NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas Aplicações . 8. ed. Atlas, 2004. POMPEO, José Nicolau, HAZZAN, Samuel. Matemática Financeira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. PUCCINI, Abelardo Lima. Matemática Financeira: Objetiva e Aplicada . 9. ed. São Paulo: Elsevier Campus, 2011. SAMANEZ, Carlos Patrício, Matemática Financeira-Aplicações à análise de investimentos . 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006. TOSI, Armando José. Matemática financeira com utilização da HP-12C . São Paulo: Atlas, 2006.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Redação Oficial			Código	RO
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2		
Ementa					
Estrutura do Texto. Produção de textos. Progressão discursiva. Paragrafação: organização e articulação de parágrafos. Tema e intenção comunicativa. Características da linguagem técnica, científica e/ou acadêmica. Redação técnica oficial e comercial. Coerência e coesão. Intelecção textual. Textos técnicos e de instrução. Produção de Pareceres, Memorandos, ofícios.					
Referências básicas					
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa . 48. ed. São Paulo: Nacional, 2009. FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. Como Ler, Entender e Redigir um Texto . 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação . 17. ed. São Paulo: Ática, 2008. JESUS, Sérgio Nunes de; BARBOSA, Ingrid Leticia Menezes; SILVA, Albertina Neta Pereira da. Português Instrumental . Cuiabá-UFMT, 2013. – REDE E-TEC – IFRO. KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A Coerência Textual . São Paulo: Contexto, 2012.					
Referências complementares					
INFANTE, Ulisses. Do Texto ao Texto: Curso prático de leitura e redação . São Paulo: Scipione, 2002. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúcia Sliar. Português Instrumental: De acordo com as atuais normas da ABNT . 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. _____. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009. MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Fundamentos das Ciências Políticas			Código	FCP
Carga horária Semestral		Carga horária Semanal			
Ementa					
O papel da Ciência Política. Os clássicos da Política (Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau). Evolução doutrinária e relações com o pensamento econômico. Ciência Política e Teoria do Estado. Evolução Histórica do Pensamento Político: Grécia, Roma, Idades Média e Moderna. A constituição da ciência política como campo científico e a formação do Estado Moderno e da Sociedade Civil. O debate contemporâneo e as concepções da democracia, cidadania, soberania, autocracia, totalitarismo, soberania e socialismo, representação e cultura política no Brasil. Regimes Políticos. Investidura dos Governantes. Sujeitos e atores políticos e cidadania. A relação entre o público e o privado. A emergência do neoliberalismo.					
Referências básicas					
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando : Introdução à filosofia / Maria Lúcia de Arruda aranha, Maria Helena Pires Martins. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2003. AZAMBUJA, Darcy. Introdução a Ciência Política . 1. ed. São Paulo: Globo Editora, 2008. AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado . 1. ed. São Paulo: Globo Editora, 2008. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. DIAS, Reinaldo. Ciência Política . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013. KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado . São PAULO. Martins Fontes, 1988. PLATÃO. A República . 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2012. SOUZA, Nelson Rosário de. Fundamentos da ciência Política ./Nelson Rosário de Souza. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.					
Referências complementares					
ARENDT, Hannah. A condição humana . 11. ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2010. AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado . Porto Alegre. Globo. 1986. BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política . 13. ed. Brasília: UNB: 2007. MIRANDA, Pontes de. Democracia, Liberdade, Igualdade : Os três caminhos. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960. BOBBIO Norberto. Teoria do Direito e do Estado . 3. ed. São Paulo: Martins Editora, 2010. TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Estado, Governo e Administração Pública . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. WEFORT, Francisco C. Os clássicos da política , Volume 1, Maquiavel, obbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, O Federalista – 11. Ed. São Paulo: Ática, 2006					

TERCEIRO PERÍODO

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Direito Administrativo			Código	DADM
Carga horária Semestral	80	Carga horária Semanal	4		
Ementa					
Fundamentos do Direito Administrativo. Princípios constitucionais do Direito Administrativo. Administração Pública, poderes, governo, entidades políticas e administrativas. Poderes Administrativos. Atos Administrativos (Conceito, Requisitos e Atributos). Administração Direta e Indireta. Entidades Paraestatais: Serviços Sociais Autônomos, Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Processo administrativo. Serviços Públicos. Contratos Administrativos. A Licitação Como Procedimento Seletivo Prévio Para a Efetivação do Contrato Administrativo. Servidores Públicos. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Responsabilidade Civil da Administração. Organização e Controle da Administração Pública. Bens públicos. Intervenção na Propriedade.					
Referências básicas					

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . 25. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo . 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro . 38. Ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2012. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Administrativo Descomplicado . 20.ed. São Paulo: Método, 2012
Referências complementares
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988 . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração pública: centralizada e descentralizada . 2. ed. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2004. MAGALHÃES, Roberto Barcellos de. Teoria e prática da desapropriação no direito brasileiro . Rio de Janeiro, José Konfino, 1968. MELLO, Celso Antônio Bandejas de. Curso de Direito Administrativo . 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. MORAES, Isaias Fonseca. Manual de Direito Administrativo: Teoria e Prática. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Gestão de Projetos			Código	GP
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3		
Ementa					
Definição, contextualização, abordagens, estrutura e ciclo de vida do projeto. Teoria e roteiro prático para a administração de projeto. Escopo do projeto. Processos da administração da qualidade do projeto. Planejamento de tempo e custo. Administração de problemas e dos riscos do projeto. Elaboração e avaliação de planos de projetos. A equipe e o gerente do projeto. Execução, controle e gerenciamento do projeto.					
Referências básicas					
CLEMENTE, A.; COSENZA, CAN. Análise da localização de projetos. Projetos empresariais e públicos , v. 2, p. 119-143, 2008. MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados . Atlas, 2010. MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração . 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.					
Referências complementares					
BILHIM, João. Teoria Organizacional: estruturas e pessoas . 6. ed. Lisboa: ISCSP, 2008. FARIA, José Henrique de. Análise crítica das teorias e práticas organizacionais . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração: manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais . São Paulo: Atlas, 2007. MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria das Organizações : 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001. RICCIO, Vicente. Administração Geral . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Administração Financeira e Orçamentária			Código	AFO
Carga horária Semestral	80	Carga horária Semanal	4		
Ementa					
Fundamentos do Estudo dos Orçamentos Públicos: princípios, conceitos fundamentais e planejamento; problemas e temas relevantes. Leis Orçamentárias: Plano plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual Orçamento-Programa. O ciclo de planejamento e orçamento no Brasil. Práticas orçamentárias participativas. Execução Orçamentária. Prestação de contas. Transparência e controle. Normas e regras de planejamento, orçamento e finanças: Lei 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de					

Responsabilidade Fiscal), Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal.
Referências básicas
BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento Aplicado ao Setor Público: Abordagem Simples e Objetiva . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012. GIACOMONI, James. Orçamento Público . 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: Uma abordagem introdutória . 5. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009. RUNO, R.M. Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público . Curitiba: Juruá, 2008.
Referências complementares
FNAS-Fundo Nacional de Assistência Social. Caderno de Gestão Orçamentária e Financeira . Brasília/2013 ALBUQUERQUE, Claudiano et ali. Gestão de Finanças Públicas . 2ª ed. Brasília. Paulo H. Feijó Editor, 2008. NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Lei de Responsabilidade Comentada . 4ª ed. Brasília: Vest-Con, 2007. Carga Tributária no Brasil 2009 – Receita Fiscal do Brasil, disponível em: http://www.receita.fazenda.gov/ PRADO, Sérgio. Transferências Intergovernamentais na Federação Brasileira: avaliação e alternativas de reforma . In: Caderno Fórum Fiscal nº 6 – Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros – pp 11-40, disponível em: http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos_presenciais/Forum_Fiscal_dos_Estados_2.htm

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Desenvolvimento Regional			Código	DR
Carga horária Semestral	60	Carga Semanal	horária	3	
Ementa					
A questão do desenvolvimento. O desenvolvimento na Região Amazônica e a formação social, cultural e espacial. A cultura indígena na Amazônia. Contexto contemporâneo e os papéis do Governo. Análise, diretrizes, estratégias e ações para o desenvolvimento regional. O Desenvolvimento Regional: planos, programas e projetos como instrumento político e de governança. Desenvolvimento Regional Sustentável: modelos e tendências. Integração do homem com o meio por meio da educação. O sentido dos impactos ambientais para as comunidades locais, globais e em rede.					
Referências básicas					
BECKER, Dinizar, F. WITTMANN, Miltom Luiz. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares . Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2010. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no Século XXI: Novas formas de desenvolvimento . São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009. SACHS, Wolfgang (Org.). Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder . Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Regional . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.					
Referências complementares					
BRITO, Daniel Chaves de. A modernização da superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia . Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2001. BORRERO, Antônio Manuel Valdés; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan. (Org.). Horizontes Amazônicos: economia e desenvolvimento . Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. CAMPOS, Maria de Fátima H. CAVALCANTI, Vanessa R. Simon; MENEZES, Ana Maria F. Políticas Públicas e desenvolvimento Regional . 1. ed. Salvador: Eduneb, 2009. CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes. Economia e Desenvolvimento Regional . São Paulo: Atlas, 2004. OLIVEIRA, Fátima Bayma de (org.). Política de Gestão Pública Integrada . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. SILVA, Christian Luiz da. Políticas Públicas e desenvolvimento local . 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. SIQUEIRA, Hipólita. Desenvolvimento Regional Recente no Brasil . 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Estatística Aplicada			Código	EA
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3		
Ementa					
Estatística descritiva: representação tabular e gráfica, medidas de tendência central e dispersão. Probabilidade: definições e teoremas. Distribuições de probabilidade. Correlação e Regressão Linear.					
Referências básicas					
ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A.; Estatística aplicada à Administração e Economia . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. Curso de Estatística Básica: Teoria e prática . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011. FONSECA, Jairo S.; MARTINS, Gilberto de A. Curso de Estatística . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MARTINS, Gilberto de A.; DOMINGUES, Osmar. Estatística geral e aplicada . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. KAZMIER, Leonard J. Estatística Aplicada a Administração e Economia . 4. ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2007. TIBONI, Conceição Gentil Rebelo. Estatística Básica: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnológicas e de Gestão . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
Referências complementares					
BRAULE, Ricardo. Estatística Aplicada com Excel . Rio de Janeiro: Campus, 2001. MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada . São Paulo: Atlas, 2008. NOVAES, Diva Valério; COUTINHO, Célia de Queiroz e Silva. Estatística para a educação profissional . São Paulo: Atlas, 2009. RIBEIRO, J. Matemática: ciência, linguagem e tecnologia . Vol. 3. São Paulo: Scipione, 2011.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Políticas Públicas			Código	PP
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3		
Ementa					
Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. Estado de Bem-Estar Social: a cidadania moderna e a democracia. Modelos. Tipologias. A administração pública sob a ótica da política. Políticas públicas: formulação, implementação, gestão e avaliação. As políticas públicas na contemporaneidade. Experiências brasileiras. Políticas Públicas de ações Afirmativas. Sistemas de ingresso nas escolas públicas: cotas, ENEM, Sisu, Políticas de favorecimento a sujeitos passíveis de exclusão. Marcos históricos dos movimentos em favor da inclusão de negros e índios nos projetos sociais. Colaboração de personalidades negras e indígenas nos processos de inclusão.					
Referências básicas					
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO-BID. A política das políticas públicas: Progresso econômico e social na América Latina – Relatório 2006 . RJ: Elsevier; Washington, DC: IADB, 2007. DIAS, Reinaldo & MATOS, Fernanda. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos . SP: Atlas, 2012. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta & MARQUES, Eduardo (organizadores). Políticas públicas no Brasil . Editora Fiocruz, 2007. KEHRIG, Ruth Terezinha; LOCH, Marcia & OROFINO, Maria Isabel. Políticas Públicas . 2. ed. Livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2005. PIMENTA, Carlos Alberto Máximo & ALVES, Cecília Pescatore (organizadores). Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional . Campina Grande: EDUEPB, 2010. RUA, M. das Graças. Políticas Públicas . Florianópolis: Depart. Adm./UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009. THEODORO, Mário (organizador). As Políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição . 1. ed. Brasília: IPEA, 2008					
Referências complementares					
BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação de trabalho no Brasil . São Paulo: Cortez, 2007.					

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
 BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. 4. ed. Coleção Questões de Nossa Época 75. São Paulo: Cortez, 2007.
 BREUS, Thiago Lima. **Políticas públicas no Estado constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
 GARÓFALO, Gilson de Lima & PINHO, Terezinha Figueiras de. (Organizadores). **Políticas Públicas: limites e possibilidades**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
 PEREIRA, José Matias. **Curso de Planejamento Governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

QUARTO PERÍODO

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Gestão Patrimonial e Logística			Código	GPL
Carga horária Semestral	80	Carga Semanal	horária	4	
Ementa					
Conceitos e definições de recursos materiais e patrimônio na Administração Pública. Função, visão, histórico e tendências da Logística. Processo de aquisição de recursos materiais e patrimoniais na gestão pública. Administração de Estoque: políticas, tipos e custos. Sistema de planejamento de estoque. Previsão e avaliação de níveis de estoque. Armazenagem e controle. Suprimento na gestão pública. Distribuição e transporte. Administração de recursos Patrimonial.					
Referências básicas					
AYRES, Antônio De Pádua Salmeron; SUCUPIRA, Cezar; ACCIOLY, Felipe. Gestão de estoques . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. CASTIGLIONI, José Antonio de Mattos. Logística Operacional: Guia Prático . 2. ed. São Paulo: Ed. Érica, 2009. DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: uma abordagem logística . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. PAOLESCHI, Bruno. Almoxarifado e Gestão de Estoques: do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque . 1. ed. São Paulo: Editora Érica, 2009.					
Referências complementares					
ALT, Paulo Renato Campos; MARTINS, Petrônio G. Administração de Materiais e recursos Patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. CAXITO, Fabiano. Logística: Um enfoque prático . 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. COSTIN, Claudia. Administração Pública . 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010. DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. NOGUEIRA, Amarildo de Souza. Logística Empresarial: Uma Visão Local com Pensamento Globalizado . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012. POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Contabilidade Pública			Código	CP
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
Conceito, definição, princípios e campo de aplicação da Contabilidade Pública. Informações exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000. Patrimônio na Administração Pública. Inventário na Administração pública. Regimes contábeis. Demonstrações Contábeis. Análise de Indicadores e indicativos Contábeis. Contabilidade Sintética. Sistema financeiro. Sistema Orçamentário. Sistema Patrimonial. Sistema de compensação. Plano de Contas. Novos pressupostos da contabilidade pública.					

Referências básicas
<p>QUINTANA, Alexandre Costa, et. al. Contabilidade Pública: de Acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público: de Acordo com as Inovações das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>
Referências complementares
<p>ANGELICO, João. Contabilidade Pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>CASTRO, Domingos Poubel de. GARCIA, Leice Maria. Contabilidade Pública no Governo Federal: Guia para Reformulação do Ensino e Implantação da Lógica do SIAFI nos Governos Municipais e Estaduais com Utilização do Excel. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>CECCATO, Marcio; CARVALHO, Deusvaldo. Manual Completo De Contabilidade Pública. São Paulo: Editora Elsevier – Campus, 2011.</p> <p>MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marco Antônio. Gestão de Custo aplicada ao Setor Público: Modelo de mensuração e Análise da eficiência e eficácia governamental. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>SILVA, Valmir Leôncio da. A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: uma abordagem prática. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Planejamento e Gestão Estratégica			Código	PGE
Carga horária Semestral	80	Carga horária Semanal	4		
Ementa					
<p>Conceitos e pressupostos da formulação estratégica. Fundamentos da gestão estratégica. Estratégias organizacionais na Gestão Pública. Etapas do Planejamento estratégico. Métodos de elaboração do plano estratégico. Implementação e gerenciamento do plano estratégico. O Planejamento Estratégico como instrumento de Gestão e aprendizagem organizacional.</p>					
Referências básicas					
<p>BEPPLER, Mônica Kulkamp; PEREIRA, Maurício Fernandes; COSTA, Alexandre Marino. Discussão conceitual sobre o processo de estratégia nas organizações: formulação e formação estratégica. Revista Ibero-Americana de Estratégia, v. 10, n. 1, p. 128-146, 2011.</p> <p>DE ARAÚJO SILVA, Flávia; GONÇALVES, Carlos Alberto. O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público. Revista de Administração da UFSM, v. 4, n. 3, p. 458-476, 2011.</p> <p>GONÇALVES, Sonia Maria Goulart. Aprendizado organizacional nos ciclos de planejamento estratégico de uma instituição financeira pública brasileira. Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, v. 1, n. 1, p. 84-103, 2010.</p> <p>REBOUÇAS, Djalma de Pinho. Planejamento estratégico. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>REBOUÇAS, Djalma de Pinho. Estratégia empresarial & vantagem competitiva: como estabelecer, implementar e avaliar. Atlas, 2009.</p> <p>RIZZATTI, Giselly; PEREIRA, Mauricio Fernandes; AMARAL, Heloisa Cristina Martins. A Influência da Liderança na Condução do Processo Implementação do Planejamento Estratégico: Estudo de Caso no Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. Revista Ibero-Americana de Estratégia, v. 11, n. 2, p. 170-196, 2012.</p>					
Referências complementares					
<p>DECOURT, Felipe; NEVES, Hamilton da Rocha; BALDNER, Paulo Roberto. Planejamento e Gestão Estratégica. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.</p> <p>LOBATO, David Menezes, [et al]. Gestão Estratégica. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.</p> <p>PEREIRA, José Matias. Curso de Administração Estratégica: foco no Planejamento Estratégico. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Planejamento Estratégico Público ou Privado. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>ROCHA, Aguida Garreth Ferraz. Planejamento e Gestão Estratégica. 1ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2012.</p>					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Gestão de Pessoas			Código	GP
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
Introdução e evolução histórica da Administração de Recursos Humanos. Gestão Estratégica de Pessoas. Modelos de Gestão de Pessoas. Subsistemas da Administração de Recursos Humanos. Gestão de Pessoas no Setor Público. Tendências na Gestão de Pessoas.					
Referências básicas					
BARBIERI, Ugo Franco. Gestão de Pessoas nas Organizações: Práticas Atuais sobre o RH Estratégico . São Paulo: Atlas, 2012.					
BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de Pessoas em Organizações Públicas . 3. ed. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 2010.					
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas . 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.					
PANTOJA, Maria Julia (Org). CAMÕES, Mariuza R. de Souza (Org). BERGUE, Sandro Trescastro (Org). Gestão de Pessoas: bases teóricas e experiências no setor público . Brasília: ENAP, 2010.					
VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
ULRICH, Dave. Recursos Humanos Estratégicos . 1. ed. São Paulo, Futura, 2000.					
Referências complementares					
BOHLANDER, George W. SNELL, Scott. Administração de Recursos Humanos . 14. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.					
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos . 3. ed. São Paulo: Manole, 2008.					
DUTRA, Joel Souza. Competências: conceitos e instrumentos para a Gestão de pessoas na empresa moderna . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.					
FERREIRA, Victor Claudio Parabela. Gestão de Pessoas . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.					
PIRES, Alexandre Kalil. Gestão por competências em organizações de governo . Brasília: ENAP, 2005.					
MINICUCCI, Agostinho. Psicologia aplicada à organização . São Paulo: Atlas, 1995.					
ROBBINS, Stephen. Comportamento organizacional . Rio de Janeiro: LTC, 1999.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Optativa I			Código	OPT
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
A ementa deste componente será aquela da disciplina oferecida como optativa pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.					
Referências básicas					
As referências básicas serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.					
Referências complementares					
As referências complementares serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Licitações e Contratos Administrativos			Código	LCA
Carga horária Semestral	80	Carga Semanal	horária	4	
Ementa					
Conceito e fundamento legal. Estratégias e princípios aplicáveis. Pressupostos da Licitação. Cabimento. Objeto licitável. Modalidades de licitação. Tipos de licitação. Peculiaridades das modalidades tradicionais e					

modalidade pregão. Escolha da modalidade. Procedimento da licitação. Pregão presencial e eletrônico. Fase interna e fase externa. Peculiaridades do instrumento convocatório: carta-convite e edital. A Lei Complementar nº 123/2006. Sistema de registro de preços. Saneamento de falhas. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade de licitação. Formalização do procedimento administrativo na contratação direta. Anulação e revogação da licitação. Recursos administrativos. Penalidades para o licitante. Experiências de compras no setor público. Terceirização e prestação de serviços (conceitos, formas). A gestão e a articulação de contratos e prestação de serviços públicos. Avaliação e controle dos resultados. Contratos Administrativos. Convênios. Serviços Públicos. Concessões e Permissões de Serviço Público. Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Referências básicas

CALASANS JUNIOR, José. **Manual da Licitação**: Orientação Prática para o Processamento de Licitações, com Roteiros de Procedimento, Modelos de Carta-Convite e de Editais, de Atas de Sessões Públicas e de Relatórios de Julgamentos de Propostas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização, Parceria Público-Privada e outras Formas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

JUSTEN FILHO, M. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

MEIRELLES, H. L. **Licitação e contrato administrativo**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

Referências complementares

BARROS, Wellington Pacheco. **Licitações e Contratos Administrativos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BITTENCOURT, S. **Manual de convênios administrativos**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. **Comentários à Lei das Licitações Públicas e contratações da administração pública**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

NASCIMENTO, Renato. **Licitações e Contrato Administrativos**: Manual de compras e contratações na Administração Pública. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

NIEBUHR, Joel Menezes. **Licitação Pública e Contrato Administrativo**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos**. 1. ed. São Paulo: Editora Método, 2012.

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Elaboração de Projeto de Pesquisa			Código	EPP
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
Projeto de pesquisa: definição e estrutura. Abordagem teórico-metodológica de pesquisa em ciências sociais. NBRs relacionadas ao projeto de pesquisa.					
Referências básicas					
BRASIL. Resolução nº 7/CONSUP/IFRO regulamenta os trabalhos de conclusão de curso na educação profissional técnica de nível médio e graduação do Instituto Federal de Rondônia, de 09 de abril de 2013.					
BARROS, A J.P.; LEHFELD, N.A S. Projeto de pesquisa : propostas metodológicas. São Paulo: Vozes, 2008.					
CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa : métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.					
Referências complementares					
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 : informação e documentação - referências - apresentação. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2002a.					
_____. NBR 10520 : informação e documentação - citações em documentos - apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2002b.					
_____. NBR 10719 : informação e documentação – relatório técnico e/ou científico – apresentação.3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.					
_____. NBR 14724 : informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.					
_____. NBR 15287 : Projeto de pesquisa - apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.					

QUINTO PERÍODO

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Auditoria Pública			Código	AP
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3		
Ementa					
Auditoria Governamental: finalidade, objetivo e campo de atuação. Tipos de auditoria governamental. Normas de auditorias, planos e programas de auditoria. Estudo e avaliação dos controles internos. Técnicas de auditoria. Papéis de trabalho. Parecer e relatório. Procedimentos de auditoria. Controle na Administração Pública (Interno e Externo).					
Referências básicas					
CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. Fundamentos de auditoria governamental e empresarial . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. GOMES, Ana Paula. Elementos de Auditoria Governamental . 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. Manual de auditoria governamental . São Paulo: Atlas, 2014.					
Referências complementares					
GUERRA, Evandro Martins. Os controles externo e interno da Administração Pública . 2. ed. revisada e ampliado. 2 reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2011. QUINTANA, Alexandre Costa. MACHADO, Daiane Pias. QUARESMA, Jozi Cristiane da Costa. MENDES, Roselaine da Cruz. Contabilidade Pública: de Acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011. PINHO, Ruth Carvalho de Santana. Fundamentos de Auditoria: auditoria contábil outras aplicações de auditoria . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007. QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro; ROCHA, Arlindo Carvalho. Auditoria Governamental . 1. ed. Curitiba: Jurua Editora, 2008. ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público: de Acordo com as Inovações das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público, Contém as Mudanças das Práticas Contábeis Vigentes, conforme MCASP Editado pela STN . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Qualidade do Atendimento no Serviço Público			Código	QASP
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2		
Ementa					
Introdução aos aspectos conceituais inerentes ao atendimento (cliente, cidadão, usuário, prestador de serviço). Forças que influenciam no comportamento do cliente (necessidades, hábitos e motivações). Mudança de comportamento do cliente/usuário (influências ambientais). Aspectos da excelência no atendimento. Comunicação, apresentação pessoal e postura no atendimento. Questões de relacionamento: racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipo, exotismo, colonialismo. Identidade e diferença. Multiculturalismo nos espaços públicos.					
Referências básicas					
FERNANDES, Walberto. Excelência no Atendimento a cliente: um livro para todos os profissionais de atendimento . Salto/SP: Editora Schoba, 2010. LAS CASAS. Alexandre Luzzi. Excelência em Atendimento ao Cliente: atendimento e serviço ao cliente como fator estratégico e diferencial competitivo . São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2012. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Serviços . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
Referências complementares					
BENTES, Otávio Morand. Atendimento ao Cliente . 1. ed. Curitiba: Editora IESDE, 2011. CASTRO, Guilherme Caldas. et al. Comportamento do Consumidor . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. DEMO, Gisela. PONTE, Valter. Marketing de Relacionamento (CRM): Estado da Arte e Estudo de Casos .					

1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 FINCH, Lloyd C. **Cortesia ao telefone e atendimento ao cliente**. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.
 WELLINGTON, Pat. **Atendimento eficaz ao cliente**. 1. ed. São Paulo: Clio Editora, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Marketing no Setor Público			Código	MSP
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
Fundamentos e cultura de marketing. Ferramentas de marketing. Melhorias do desempenho no setor público. Aplicação de ferramentas de marketing no setor público: Desenvolvimento e aperfeiçoamento de serviços, uso otimizado de canais de distribuição, importância da marca, comunicação eficaz com o cliente, marketing social, formação de parcerias estratégicas. Gerenciamento do processo de marketing: Informações e Feedback, Monitoramento e avaliação de desempenho e desenvolvimento de Plano de Marketing.					
Referências básicas					
KOTLER, Philip. LEE, Nancy. Marketing no setor público: Um Guia para um desempenho mais Eficaz . Porto Alegre. Ed. Bookam. 2008. DE OLIVEIRA, Aline Lourenço et al. O marketing público no contexto da reforma gerencialista do Estado. Desenvolve , v. 2, n. 2, p. p. 103-116, 2013. SHIRAIISHI, Guilherme. Administração de Marketing . 1. ed. São Paulo: Pearson Brasil., 2012					
Referências complementares					
COBRA, Marcos. Administração de Marketing no Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. FIEL FILHO, Alécio; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Organizadores). Gestão Pública: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Serviços . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade Total em Serviços: conceitos, exercícios, casos práticos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. PALMER, Adrian. Introdução ao Marketing: teoria e prática . 1. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2007. KELLER, Kevin Lane. KOTLER, Philip. Administração de Marketing . 14. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2012.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Tendências Contemporâneas em Gestão Pública			Código	TCGP
Carga horária Semestral	80	Carga Semanal	horária	4	
Ementa					
Fundamentos constitucionais para Gestão Pública. Governança na gestão pública (<i>accountability</i>). Gestão do Conhecimento. Os desafios das organizações públicas na era da informação, do conhecimento e da tecnologia. Modelo de Gestão para as organizações públicas: perspectivas do passado, do presente e tendências. Serviço Público e solidariedade para com o meio ambiente.					
Referências básicas					
BATISTA, Fábio Ferreira. Modelo de Gestão do Conhecimento para Administração Pública: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão . Brasília: IPEA, 2012. OLIVEIRA, Ricardo de. Gestão Pública: democracia e eficiência - uma visão prática e política . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma gestão pública . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. PEREIRA, José Matias. Manual da Gestão Pública Contemporânea . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012					
Referências complementares					
BARRETO, Paulo Daniel. A excelência em Gestão Pública . 1. ed. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2007. BARROS, Célio da Costa. O impacto da auditoria de governança na administração pública federal brasileira: o caso do acórdão/TCU 1.603/2008 . 2014. BRANDÃO, Hugo Pena <i>et al.</i> Gestão por competências e gestão do conhecimento . 3. ed. Rio de Janeiro:					

Editora FGV, 2011.
 MACEDO, Fabricio de Queiroz et al. **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 MATTOS, Irene Badaró et al. **Gestão de desempenho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
 PIRES, Alexandre Kalil *et al.* **Gestão por competências em organizações de governo**. Brasília: ENAP, 2005.
 POLIZELLI, Demerval Luiz. **Meio Ambiente e Gestão do Conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Gestão Ambiental e Responsabilidade Social			Código	GARS
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
Evolução histórica e tomada de consciência sobre a questão ambiental. Economia, sociedade e ambiente: Desenvolvimento Sustentável. Leis e programas de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável. O trabalho em favor da sustentabilidade ambiental. Ferramentas, normas e certificações que envolvem a questão ambiental e da responsabilidade social. Gestão ambiental corporativa: proteção ao meio ambiente, marketing verde, cultura organizacional, Administração estratégica e tendências. Responsabilidade social empresarial RSE. O papel do gestor na construção de responsabilidade ambiental e social na organização.					
Referências básicas					
ALBUQUERQUE, José de Lima. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social : Conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental : Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. NASCIMENTO, Luis Felipe. Gestão Ambiental e Sustentabilidade . Florianópolis: UFSC/ Brasília: CAPES; UAB, 2012. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa : estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.					
Referências complementares					
BARBIERI, Jose Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável : da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009. BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial : conceitos modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004. FIEL FILHO, Alécio; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Organizadores). Gestão Pública : Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. A responsabilidade e o social : uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva, 2007. RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martius Vicente. (org.). Ética e responsabilidade social nas empresas . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010..					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Optativa II			Código	OPT
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
A ementa deste componente será aquela da disciplina oferecida como optativa pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.					
Referências básicas					
As referências básicas serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.					
Referências complementares					
As referências complementares serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas			Código	MAPP
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
<p>Formulação de políticas públicas: abordagens teóricas. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Gestão de projetos: planejamento do projeto; escopo do projeto; definição de tempo e recursos; gestão da qualidade; gestão da equipe; controle e avaliação; relatório final. Histórico, desenvolvimento, importância e concepções da avaliação de programas sociais. Tipos de avaliação. Métodos e procedimentos utilizados nos diferentes tipos de avaliação. Problemas e controvérsias no campo da avaliação de programas sociais.</p>					
Referências básicas					
<p>AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de serviço e programas sociais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995</p> <p>ARCOVERDE, Ana C. B. Avaliação de políticas públicas: elemento estratégico de gestão da coisa pública. In: Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas - Neoliberalismo e Lutas Sociais: Perspectivas para as Políticas Públicas. São Luís - MA, 2009. Disponível em: http://www.arcus-ufpe.com/files/artcoisapub.pdf.</p> <p>COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>SILVA, Maria Ozanira da Silva (org). Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Luiz – MA: Veras Editora, 2008.</p> <p>SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45</p> <p>WORTHEN, Blaine R; SANDER, James; FITZPATRICK, Jody L. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.</p>					
Referências complementares					
<p>BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de Programas Sociais. São Paulo, Veras Editora; Lisboa, CPIHTS, 2000.</p> <p>BASTOS, Celso R.. Curso de teoria do Estado e ciência política. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.</p> <p>BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, aparelho de Estado e sociedade civil. Brasília: ENAP, 1995.</p> <p>DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública. 6ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub; FIGUERIDO, Marcus Faria. Avaliação política de políticas: um quadro de referências teórico. São Paulo: IDESP, 1986</p> <p>PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.</p> <p>RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de Políticas Sociais. São Paulo: Cortez, 1999.</p>					

Do Ementário das Disciplinas Optativas

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Inglês Instrumental			Código	II
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
Estratégias e técnicas de leitura. Uso do dicionário bilíngue. Vocabulário e sintaxe em contextos significativos. Itens lexicais e categoriais. Funções linguísticas. A língua inglesa aplicada ao campo da gestão. Estrutura textual.					
Referências básicas					
EVARISTO, Socorro. Inglês Instrumental – Estratégias de Leitura. 1ª edição. Halley S.A. Gráfica e Editora, 1996. MARQUES, Amadeu. Password Special Edition . 2ª edição. São Paulo. Editora Ática, 2002. MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental – Módulo 2. São Paulo. Textonovo, 2004. MURPHY, Raymond. English Grammar in Use: a self study reference and practice book for intermediate students . 2. ed. Cambridge : Cambridge University Press, 1998.					
Referências complementares					
MARINOTTO, Demostene. Reading on Info Tech: Inglês para Informática . São Paulo: Novatec, 2007. MEDRANO, Veronica Lazybones. Inglês para Informática . São Paulo: Bookworm, 2008. SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental . São Paulo: Disal, 2005 SWAN, Michael. Practical English Usage . Oxford University Press, 2005					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Empreendedorismo Governamental			Código	EG
Carga horária Semestral	40	Carga Semanal	horária	2	
Ementa					
Fundamentos do empreendedorismo: definição e origem; migração do estado patrimonialista ao estado empreendedor; empreendedorismo privado X público. Gestão Empreendedora: análise de cenário; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições das ações; gestão por resultado; Perfil e comportamento empreendedor: síndromes, mitos, características, comportamento apreendido, intraempreendedor e empreendedor estratégico.					
Referências básicas					
CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar o seu próprio negócio . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócio . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor . São Paulo: Pioneira, 2005. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração para empreendedores: fundamentos da criação de gestão de novos negócios . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006					
Referências complementares					
DOLABELA, Fernando. Empreendedorismo, uma forma de ser: Saiba o que são empreendedores individuais e coletivos . Brasília: Agência de educação para o desenvolvimento, 2003. DOLABELA, F. Empreendedorismo a Viagem do Sonho: como se preparar para ser um empreendedor . Brasília: Aed, 2002. MALHEIROS, Rita de Cássia Costa (Org.). Viagem ao Mundo do Empreendedorismo . Florianópolis. IEA- Instituto de Estudos Avançados. 2005.					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Multiculturalismo e Direitos Humanos			Código	MDH
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2		
Ementa					
<p>Identidade, diferença e diversidade sociocultural. Aspectos culturais e educação afrodescendente. Afrodescendentes no Brasil: história, movimentos sociais. Cidadania e políticas de ação afirmativa. A lei 10.639 e o ensino de história e cultura afro-brasileira. Comércio de escravos para o Brasil e as sociedades africanas com ele envolvidas. Os africanos e os afrodescendentes no Brasil colonial, independente e contemporâneo. Manifestações culturais afrobrasileiras. Crítica ao mito da democracia racial e implantação de políticas afirmativas relacionadas às relações inter-étnicas. A cultura indígena no Brasil: aspectos culturais e educação indígena. Evolução dos Direitos Humanos. Fundamentos dos Direitos Humanos. Direitos Humanos, igualdade, diversidade e responsabilidade. Direitos Humanos e minorias.</p>					
Referências básicas					
<p>ALBUQUERQUE, Antonio. Multiculturalismo e direito a autodeterminação dos povos indígenas. São Paulo: SAFE, 2008.</p> <p>CASTILHO, Ricardo. Direitos humanos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (Sinopses jurídicas, v.30).</p> <p>MELO, Elisabete; BRAGA, Luciano. Historia da África e afro-brasileira. São Paulo: Summus, 2010.</p> <p>WATS, Alan. Cultura da contracultura. São paulo: Mauad, 2012.</p> <p>SANTIAGO, Gabriel L. Três leituras básicas para entender a cultura brasileira. 2. ed. São Paulo: Átomo, 2011.</p>					
Referências complementares					
<p>FAUSTINO, Osvaldo. A legião negra: a luta dos afro-brasileiros na revolução constitucionalista de 1932. São Paulo: Summus, 2011.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Introdução aos direitos humanos. São Paulo: Alínea, 2012.</p> <p>MONTE, Mario Ferreria; BRANDÃO, Paulo de Tarso. Direitos humanos e sua efetivação na era da transnacionalidade: debate luso-brasileiro. São Paulo: Juruá, 2012.</p>					

EMENTA DA DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Língua Brasileira de Sinais			Código	LIBRAS
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2		
Ementa					
<p>Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Aquisição e desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS.</p>					
Referências básicas					
<p>PEREIRA, Maria Cristina da C. Libras. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>COPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, V. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira. Vol. I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.</p> <p>FIGUEIRA, Alexandre dos S. Material de apoio para o aprendizado de Libras. São Paulo: Phorte, 2011.</p>					
Referências complementares					
<p>GESSER, Audrei. Libras: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2011.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando Cesar. Enciclopédia da língua de sinais brasileira v.1: o mundo do surdo em libras. São Paulo: EdUSP, 2009.</p> <p>BRANDAO, Flavia. Dicionário ilustrado de Libras: Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Global, 2011.</p> <p>KOJIMA, Catarina Kiguti. LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais - a imagem do pensamento. São Paulo: Escala, s.d..</p> <p>FRIZANCO, Mary L. E.; et al. Livro ilustrado de Língua Brasileira de sinais. São Paulo: Nova Cultural, 2009.</p>					

EMENTA DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Economia Brasileira	Código	
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2
Ementa			
Fundamentos políticos da formação econômica do Brasil. O processo de industrialização no Brasil. Desigualdade, inflação e desemprego na economia brasileira. A inserção externa da economia brasileira.			
Referências básicas			
BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro . 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 19. ed. São Paulo: Nacional, 1984. FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento . 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. FURTADO, Celso. Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII . São Paulo: HUCITEC e ABPHE, 2001. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 26. ed. 11. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. SINGER, Paul. Globalização e desemprego . Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.			
Referências complementares			
DELFIN NETTO, Antonio et al. Alguns aspectos da inflação brasileira . Serie Estudos Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES), n. 1, São Paulo, 1965. FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FURTADO, Celso. Economia do desenvolvimento . Curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. LESSA, Carlos. Brasil, nação evanescente? Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 18 mar. 2008. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1803200808.htm >. SINGER, Paul. A Crise do “Milagre” . 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 1982. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			

EMENTA DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Atividade Física e Qualidade de Vida do Trabalhador Público	Código	ATIV
Carga horária Semestral		Carga horária Semanal	
Ementa			
Atividade física, saúde e qualidade de vida. Os componentes da aptidão física relacionada à saúde. Testes, medidas e avaliação da aptidão física relacionada à saúde. Princípios básicos do condicionamento físico para o bem-estar e atividades laborais. Educação para um estilo de vida ativo e promoção da saúde. Exercícios físicos e as doenças relacionadas à atuação profissional na Gestão Pública. Os componentes do perfil de estilo de vida individual: atividade física, alimentação, comportamento preventivo, relacionamentos e controle do estresse. Esporte e o lazer ativo como mecanismo de promoção da saúde.			
Referências básicas			
FOSTER, Carl e MAUD, Peter J. Avaliação fisiológica do condicionamento físico . [S. l.]: Phorte, Editora, 2009. HIRSCHBRUCH, Márcia Daskal; CARVALHO, Juliana Ribeiro de. Nutrição Esportiva: uma visão prática . 2. ed. São Paulo: Manole, 2008. NAHAS, Markus Vinicius. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo . 6. ed. Londrina: Midiograf, 2013.			
Referências complementares			
FOSTER, Carl e MAUD, Peter J. Avaliação fisiológica do condicionamento físico humano . 2. ed. Phorte Editora, 2009. NOBRE, Moacyr; ZANETTA, Rachel. Multiplicadores do Estilo de Vida Saudável . Artmed, 2011. OGATA, Alberto SIMURRO, Sâmia. Guia Prático de Qualidade de Vida: como planejar e gerenciar o melhor programa para sua empresa . Elsevier, 2009.			

EMENTA DA DISCIPLINA	
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Disciplina	Inclusão Social e Digital		Código	ISD
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2	
Ementa				
Análise dos aspectos teóricos e metodológicos da inclusão social. Os processos de implementação da proposta de inclusiva social e a dinâmica da inclusão no cotidiano da sociedade. Noções de Língua Brasileira de Sinais. Considerações sobre o Braille. Tipos de necessidades especiais físicas e cognitivas. Cibercultura e Redes Sociais: tendências e debates. Políticas Públicas de Inclusão Sociodigital. Inclusão Digital e Acessibilidade. Tecnologias Digitais e Aprendizagem.				
Referências básicas				
ABRAMOXICZ, Anete e SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). Afirmando diferenças . Campinas/SP: Papyrus, 2015. BIANCHETTI, Lucídio, FREIRE, Ida Mara. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania . Campinas, SP: Papyrus, 2000. LÉVY, Pierre. Cibercultura . Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.				
Referências complementares				
GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia social . São Paulo: Cortez, 2014. LEMONS, André. CUNHA, Paulo (orgs.). Olhares sobre a cibercultura . Sulina: Porto Alegre, 2003. MINHOTO, Antônio (org.). Constituição, minorias e inclusão social . São Paulo: Rideel, 2009. SANTAELLA, Lucia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo . São Paulo: Paulos, 2004. SANTOS, Mônica Pereira dos e PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). Inclusão em educação . 2.ed., São Paulo: Cortez, 2008.				

EMENTA DA DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Gestão de Inovações Tecnológicas		Código	GIT
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2	
Ementa				
Situa o lugar das tecnologias de informação e de comunicação (TICs) nos processos sócio-econômicos contemporâneos: conceitua TICs, paradigmas tecnológicos, inovação, tecnologia e desenvolvimento; identifica a revolução das TICs e as Sociedades Informacionais; conhece o Programa Sociedade da Informação no Brasil. Estuda a gestão do conhecimento e de inovações tecnológicas nas organizações da Administração Pública: conceitua gestão, conhecimento e competitividade; analisa a gestão por competências e habilidades nas organizações; identifica indicadores de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Estado e nas organizações; a cultura da inovação e sua disseminação, buscando a competitividade e a sustentabilidade.				
Referências básicas				
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital . 7. ed. rev. e atual. São Paulo, 2012. OLIVEIRA, Djalma de P. R.; Sistemas Organização & Métodos - Uma Abordagem Gerencial . 23ª ED. Editora Atlas. São Paulo, 2013. WEILL, Peter. ROSS, Jeanne W. Governança em TI . M Books. 2005				
Referências complementares				
CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática . Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2006 DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor . São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999 DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . Rio de Janeiro: Campus, 2001.				

**ANEXO 1: QUADRO DE DOCENTES DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM GESTÃO PÚBLICA**

Nº	Nome	Formação	Titulação	Link Currículo Lattes
1	Ana Claudia Dias Ribeiro	Graduação em Letras	M	http://lattes.cnpq.br/4976640769881483
2	Ariadne Joseane Felix Quintela	Licenciada em História	M	http://lattes.cnpq.br/9098510338701121
3	Adriano Marcos Dantas da Silva	Graduado em Ciências Contábeis	M	http://lattes.cnpq.br/2016724610577787
4	Adonias Soares da Silva Júnior	Graduação em Administração e Direito	E	http://lattes.cnpq.br/4931275508977201
5	Cristiano Polla Soares	Graduado em Direito	E	http://lattes.cnpq.br/3869242546064894
6	Denise Ton Tiussi	Graduação em Ciências Econômicas	E	http://lattes.cnpq.br/1033101348753780
7	Elisangela Lima de Carvalho Schuindt	Graduação em Letras – Inglês	E	http://lattes.cnpq.br/2127596471431769
8	Giselle Cavalcante Saldanha	Graduação em Ciências Biológicas	D	http://lattes.cnpq.br/5962053318074689
9	Hígor Cordeiro de Souza	Graduação em Administração	M	http://lattes.cnpq.br/5288099289528313
10	Jonimar da Silva Souza	Graduação em Licenciatura Plena em Matemática	M	http://lattes.cnpq.br/8622996107812924
11	Josélia Fontenele Batista	Graduação Geografia	D	http://lattes.cnpq.br/4998358337644072
12	Juliana Braz da Costa	Graduação em Sistema da Informação	M	http://lattes.cnpq.br/3374333343939724
13	Lady Day Pereira de Souza	Graduada em Administração	M	http://lattes.cnpq.br/5124807480964020
14	Marcilei Serafim Germano	Graduação em Licenciatura em Filosofia	E	http://lattes.cnpq.br/6883554642985869
15	Mariela Mizota Tamada	Graduação em Licenciatura En Analisis de Sistemas	M	http://lattes.cnpq.br/3266291168658379
16	Rafael Nink de Carvalho	Graduado em Matemática e Informática	M	http://lattes.cnpq.br/7380590877571021
17	Ronilson de Oliveira	Graduação em Administração de Empresas	E	http://lattes.cnpq.br/5547869194713766
18	Váldeson Amaro Lima	Graduação em Administração	M	http://lattes.cnpq.br/2186520755838978

M=Mestrado; M*= Mestrado em andamento; E=Especialização. Todos os docentes trabalham 40 semanais e possuem Dedicção Exclusiva